



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 21ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 19 DE SETEMBRO DE 2023

ATA Nº. 24 / 2023

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – ESTUDO DE USOS DE ÁGUA NÃO POTÁVEL NO MUNICÍPIO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
 - 3.2.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
 - 3.2.2. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.2.3. SRª. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
 - 3.2.4. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.2.5. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.2.6. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
 - 3.2.7. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.2.8. VOTAÇÃO
 - 3.3. SR. DEPUTADO ANTÓNIO COIMBRA (CDU)
 - 3.4. SRª. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
 - 3.5. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
 - 3.6. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
 - 3.7. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)

- 3.8. SRª. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
- 3.9. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. APRECIACÃO DA PROPOSTA CMO N.º 611/2023 – GMA – RELATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023 DA TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A. - APRECIADA
 - 4.2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 759/2023 – DMAG/DFP – RELATIVA AO PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO CELEBRADO NO ÂMBITO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL NA JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE
 - 4.2.1. VOTAÇÃO
 - 4.3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 673/2023 – DMOTDU/DPERU/DRU – RELATIVA AO P.º 25/DRU/2022 – “REGULARIZAÇÃO DO TROÇO A CÉU ABERTO DA RIBEIRA DE ALGÉS” – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA EMPREITADA
 - 4.3.1. VOTAÇÃO
 - 4.3.1.1. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 679/2023 – DMOGAH/DHM/DCH – RELATIVA AO P.º 37/DPCHM/2022 – “NPH/02/DPCHM/2020 – CONSTRUÇÃO DE PROGRAMA HABITACIONAL DO PARQUE DA JUNÇA, LINDA-A-VELHA” – APROVAÇÃO DE PROPOSTA PARA REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
 - 4.4.1. VOTAÇÃO
 - 4.4.1.1. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.5. APRECIACÃO DA PROPOSTA CMO N.º 681/2023 - DMOGAH/DHM/DCH – RELATIVA AO P.º 21/DPCHM/2022 – “EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

EMPREENHIMENTO HABITACIONAL DO ALTO DA MONTANHA-CARNAXIDE” –
APROVAÇÃO DA 1.ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO – TRABALHOS
COMPLEMENTARES RESULTANTES DE ERROS E OMISSÕES

4.5. VOTAÇÃO

4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 686/2023 – DMEDSC/DDS/DD –
RELATIVA AO ADITAMENTO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 319/2023 –
ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, A TÍTULO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO,
À NATIVE WARRIORS, UNIPessoal, LDA., PARA ORGANIZAÇÃO DOS EVENTOS
DESPORTIVOS “NINJA OCR POLICE OEIRAS” E “KIDS RACE”, EM 2023 – ISENÇÃO
DO PAGAMENTO DE LICENÇAS

4.6.1. VOTAÇÃO

4.6.1.1. SR.ª DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.7. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 708/2023 – GMA – RELATIVA AO
RELATÓRIO E CONTAS 2022 DA EIA – ENSINO, INVESTIGAÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO, S.A. - APRECIADA

4.8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 751/2023 – DMEDSC/DDS/UGPS
– RELATIVA AO APOIO FINANCEIRO À MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE
ENFERMAGEM DE BARCARENA, LECEIA, QUELUZ DE BAIXO, CAXIAS E
QUEIJAS

4.8.1. VOTAÇÃO

4.9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 758/2023 – DMEDSC/DDS/DCS
– RELATIVA AO PROCESSO DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DA JUNTA DE
FREGUESIA DE PORTO SALVO RELATIVO AO FUNCIONAMENTO DOS
EQUIPAMENTOS DE INFÂNCIA – 2.º SEMESTRE DE 2023

4.9.1. VOTAÇÃO

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 5.1. SR. PEDRO HENRIQUES, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.2. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Reunião</i>			
<i>20/09/2023</i>			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	13		
PS	3		
PSD	3		
ED	3		
CDU	-		
IL	-		
CH	-		
PAN	1		
INNOVAR ALGÉS	-		
INNOVAR BARCARENA	-		
INNOVAR CABRIL DE QUEIJAS	-		
INNOVAR OEIRAS PAÇO DE ARCOS	-		
20 SEIJAIS	-		
INNOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 21ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 19 DE SETEMBRO DE

-----ATA Nº. 24 / 2023-----

----- Aos dezanove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, em substituição do Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e vinte e cinco minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Vigésima Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Salvador António Martins Bastos Costeira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão

da Cruz Bugalho, Maria da Glória Fernandes Sarmento, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, António Fazenda Coimbra, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d' Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, José Maria Godinho Montezo e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Salvador António Martins Bastos Costeira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega.-----

-----Faltou o Senhor Deputado Nuno Miguel de Oliveira Custódio, tendo a Mesa justificado a respetiva falta -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Joana Micaela Salvador Baptista, Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

2. ORDEM DE TRABALHOS-----

----- Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Apreciação da Proposta CMO N.º 611/2023 – GMA – relativa ao Plano de Atividades e Orçamento 2023 da TratoLixo – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A.;-----
2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 759/2023 – DMAG/DFP – relativa ao Primeiro Aditamento ao Contrato de Empréstimo de Médio/Longo prazo celebrado no âmbito do investimento municipal na Jornada Mundial da Juventude; -----
3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 673/2023 – DMOTDU/DPERU/DRU – relativa ao P.º 25/DRU/2022 – “Regularização do troço a céu aberto da Ribeira de Algés” – Reprogramação Financeira da Empreitada; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 679/2023 – DMOGAH/DHM/DCH – relativa ao P.º 37/DPCHM/2022 – “NPH/02/DPCHM/2020 – Construção de Programa Habitacional do Parque da Junça, Linda-a-Velha” – Aprovação de Proposta para Reprogramação Financeira; -----
5. Apreciação da Proposta CMO N.º 681/2023 - DMOGAH/DHM/DCH – relativa ao P.º 21/DPCHM/2022 – “Empreitada de construção do empreendimento habitacional do Alto da Montanha-Carnaxide” – Aprovação da 1.ª Modificação Objetiva do Contrato – Trabalhos complementares resultantes de erros e omissões; -----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 686/2023 – DMEDSC/DDS/DD – relativa ao Aditamento à Proposta de Deliberação N.º 319/2023 – Atribuição de apoio financeiro, a título de patrocínio desportivo, à Native Warriors, Unipessoal, Lda., para organização dos eventos desportivos “Ninja OCR Police Oeiras” e “Kids Race”, em 2023 – Isenção do pagamento de licenças; -- -----
7. Apreciação da Proposta CMO N.º 708/2023 – GMA – relativa ao Relatório e Contas 2022 da EIA – Ensino, investigação e Administração, S.A.; -----
8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 751/2023 – DMEDSC/DDS/UGPS – relativa ao

Apoio financeiro à manutenção dos Postos de Enfermagem de Barcarena, Leceia, Queluz de Baixo, Caxias e Queijas;-----

9. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 758/2023 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa ao Processo das Uniões de Freguesias e da Junta de Freguesia de Porto Salvo relativo ao funcionamento dos equipamentos de infância – 2.º Semestre de 2023.-----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão, dizendo o seguinte:-----

-----“Muito boa tarde.-----

-----Vamos dar início aos nossos trabalhos.-----

-----Temos, mais uma vez, na Mesa o Doutor António Lopes da Costa (IN-OV), porque o Segundo Secretário, não sei se virá, porque não pediu suspensão, mas não está presente.-----

-----Dou-vos conta do pedido de **Renúncia de Mandato** do nosso colega Doutor Rui Pedro do Nascimento (PS). Com muita pena, aceitei. Passa, portanto, à efetividade a nossa colega Deputada Maria de Fátima Brito Filipe (PS).”-----

3.2. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – ESTUDO DE USOS DE ÁGUA NÃO POTÁVEL NO MUNICÍPIO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu o a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve:-----

-----“A escassez hídrica no nosso país compõe um cenário que de acordo com as previsões climáticas mais recentes tenderá a agravar-se passando Portugal por situações de seca cada vez mais frequentes. Nesse sentido, impera planear com antecipação e implementar soluções com vista à utilização mais eficiente dos nossos recursos aquíferos para o bem-estar da população e das atividades económicas desenvolvidas no Município de Oeiras.-----

-----Considerando que:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Um. O acesso de qualquer cidadão à água é considerado, pela Organização das Nações Unidas, um Direito Humano;-----

----- Dois. A água é um bem finito, facto que justifica a sua poupança; -----

----- Três. O Município de Oeiras está integrado no Sistema Multimunicipal de Saneamento das Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste; -----

----- Quatro. A dezanove de fevereiro de dois mil e dezoito foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal uma proposta de recomendação “Água reciclada, Água limpa”, apresentada pelo Grupo Político Municipal do Bloco de Esquerda.-----

----- Cinco. Atualmente todas as atividades privadas e públicas desenvolvidas no nosso Município que requerem água para a prossecução das suas atividades utilizam água da rede pública que é potável, importa identificar também de que forma se podem transitar as atividades que não requerem água potável possam utilizar água reciclada. Algumas destas atividades incluem a rega, fontes ornamentais, a lavagem de automóveis e a lavagem de ruas, de contentores de resíduos urbanos e dos veículos pesados que fazem a recolha dos resíduos urbanos. -----

----- Face ao exposto, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe à Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na sessão extraordinária vinte um/dois mil e vinte e três, de dezanove de setembro de dois mil e vinte e três que delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras a realização de um estudo sobre o potencial da utilização de água não potável no Município de Oeiras que inclua:

----- uma lista exaustiva das atividades que têm potencial de utilização de águas não potáveis no nosso Município; -----

----- a estimativa de consumo de águas por parte dessas mesmas atividades; -----

----- uma escala de classificação destas atividades por:-----

----- a. potencial de transição para água não potável derivado do seu consumo, -----

----- b. valor do investimento para a transição para água não potável; -----

----- fontes de água alternativas para abastecimento dessas mesmas atividades – por

exemplo das ribeiras, armazenamento de águas da chuva, reciclagem de águas da chuva ou outras.”

3.2.1. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Queria deixar duas breves notas sobre esta questão. -----

-----Tem sido prática de alguns grupos políticos fazerem moções deste tipo, ou seja, em que a primeira parte, a parte dos considerandos é uma parte absolutamente pacífica, uma parte com a qual todos concordam e depois uma segunda parte em que propõe um conjunto de iniciativas, de recomendações, que essas não podem ser obviamente aceites sem mais explicações. -----

-----A questão que se coloca aqui é precisamente essa. Estes considerandos que aqui estão são considerandos que todos aceitamos, são considerandos pacificamente aceites por todos, porque todos consideramos que o problema da água é um problema do Concelho, é um problema desta região, é um problema deste país, é um problema da península, é um problema da Europa do Sul, é um problema, aliás, de todo o mundo. Hoje, a água está no centro das preocupações dos povos e o bom aproveitamento da água, obviamente, como bem escasso que é, é uma das maiores preocupações que todos temos. -----

-----Agora, cada um deve fazer aquilo que lhe compete e esta moção é apresentada com um espírito, que é de dar a entender que nem os SIMAS, nem a Câmara Municipal cumprem as suas funções neste âmbito, que não fazem aquilo que lhes compete, que gastam água potável sem nenhuma necessidade.-----

-----Ora, é bom que fique claro, que não só não é isso que acontece, como esta responsabilidade é uma responsabilidade que transcende em muito aquilo que é a capacidade dos SIMAS e a capacidade da Câmara Municipal. -----

-----Era bom, portanto, que os destinatários de uma proposta deste tipo fossem outros, não fosse nem os SIMAS (que não está aqui), mas que não fosse, sobretudo, a Câmara Municipal de Oeiras. É destinatário as águas do Tejo Atlântico, é destinatário a APA (Agência Portuguesa do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Ambiente), é destinatário, eventualmente, o próprio Ministério do Ambiente e, portanto, consideramos que, nesse âmbito, faz todo o sentido desenvolver um conjunto de políticas que sejam integradas, que não sejam políticas soltas. Não faria sentido fazê-lo apenas no Município de Oeiras, faria sentido fazê-lo numa área obviamente muito mais alargada do que o Município de Oeiras. -----

----- Portanto, como entendemos que o espírito desta moção é mais uma vez a propósito de um tema que é, como digo consensual, encontrar formas de criticar aquilo que o Executivo municipal e os SIMAS têm feito a este propósito, o nosso voto não pode ser outro, que não, contra. Como digo, não é contra os considerandos, não é contra as preocupações sobre o aproveitamento da água, é contra o aproveitamento que algumas forças políticas fazem deste tipo de temas. -----

----- Muito obrigado.”-----

3.2.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) observou o seguinte: -----

----- “Queria responder ao Deputado Moita (IN-OV), que provavelmente pela proposta ter sido entregue pouco tempo antes da reunião, não teve oportunidade de a ver cuidadosamente, senão não tinha feito a intervenção que fez. -----

----- Não se trata de uma moção, trata-se de uma proposta de recomendação e ao contrário do que indica, não propõe uma série de medidas elencadas no documento. Propõe um estudo. É isso que a proposta de recomendação propõe, está sublinhado até no original. -----

----- E nós continuamos a ver no território o uso de água indevida, que podia ser utilizado para a rega e para outras situações, água reciclada e, portanto, julgamos que esta proposta é pertinente, a não ser que o Senhor Presidente do Executivo diga que tudo isto já está a ser feito e nesse caso, fazemos então um requerimento para que se demonstre que isto já está a ser feito. ----

----- Em relação às outras entidades que referiu, referiu muito bem, eu penso que o Município conseguirá falar, contactar com essas entidades. Ou tem extrema dificuldade em contactar com elas? Não me parece. Adicionalmente, e a proposta passando, acho que pode

também ser adicionalmente proposto que o Município contacte com estas entidades, a dizer que está então a fazer este estudo. -----

-----Muito obrigada.”-----

3.2.3. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Depois de ter lido atentamente esta proposta de recomendação, parece-me que a mesma é válida, parece-me que o fundamento da mesma é destinado a todos e a cada um de nós no Concelho de Oeiras. Naturalmente que não temos conhecimento do que é que está a ser levado a cabo pelo Município e eventualmente pelos SIMAS. Relativamente a outras entidades, eu acho que independentemente de haver também aqui uma possível articulação futura com essas mesmas entidades, nomeadamente com a APA, penso que nós não devemos descansar quando o assunto é um assunto de extrema importância, é um assunto que diz respeito, como dizia o Senhor Deputado António Moita (IN-OV), a um tema que nos interessa a todos e que nos preocupa a todos. -----

-----Portanto, dizer que, de fundo, a proposta de recomendação é uma proposta de recomendação que em muito interessa e que em muito serve as preocupações de todos os grupos políticos nesta Assembleia (estou certa) e, portanto, obviamente aguardar pelos esclarecimentos do Executivo quanto a este possível estudo, que venha a ser elaborado. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.2.4. O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Faço minhas as palavras do Senhor Deputado António Moita (IN-OV). Na realidade, esta moção não tem qualquer razão de ser, porque realmente...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** fez o seguinte esclarecimento:-----

-----“É uma proposta de recomendação, se fosse moção...”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Esta proposta. O que é que eu disse?”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** esclareceu o seguinte:-----

----- “Disse moção.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “Proposta de recomendação, ok. Não tem rigorosamente nada a ver com a realidade do Município. Pode ter bondade, se a tiver, é um problema realmente do Estado, da Agência Portuguesa do Ambiente, ou da própria Águas Tejo Atlântico com a qual, aliás, sem recomendação nenhuma, já está a ser estudada..., por exemplo, neste momento está a ser desenvolvido um projeto-piloto entre a Tejo Atlântico e a Câmara Municipal de Oeiras, no sentido da utilização das águas residuais na rega dos Jardins do Palácio Marquês, por exemplo. É um projeto piloto que está a decorrer no âmbito, digamos, da responsabilidade da Tejo Atlântico, enquanto concessionária das águas residuais do nosso Concelho. -----

----- Portanto, esta proposta de recomendação não está no sítio próprio e digamos, que no fundo vem, mais uma vez, enfim, já estamos habituados a isso, provavelmente, terão tido conhecimento desta experiência-piloto e dá a impressão que andamos todos aqui um “bocadinho” a reboque. -----

----- Portanto, eu só vejo um destino a esta recomendação, é a sua rejeição, porque da parte da Câmara Municipal, obviamente, não temos quaisquer condições de levar por diante um estudo desta natureza, que seria digamos, absolutamente descabido, porque esses estudos devem incidir em redes hidrográficas (é assim que deve ser) e a responsabilidade pelos estudos das redes hidrográficas é naturalmente das entidades competentes, no caso concreto, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Águas do Tejo Atlântico, embora, como digo, a Águas do Tejo Atlântico e a Câmara estão a fazer já uma experiência-piloto, o que quer dizer que, com certeza, que o assunto está a ser estudado a nível nacional.-----

----- Muito obrigado.”-----

3.2.5. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Relativamente a esta proposta de recomendação, nós gostaríamos de dizer o seguinte: a proposta de recomendação de facto é restritiva, porque só abrange ou só está direccionada para recomendar o que é que a Câmara deve fazer, esquecendo-se que há uma relação muito forte entre a Câmara Municipal e os SIMAS.-----

-----Depois, as considerações, as propostas são pouco específicas e nem sequer fazem muito sentido. Por exemplo, incluir no estudo uma lista exaustiva de atividades que têm potencial de utilização de águas não potáveis do nosso Município, isso significa que era preciso fazer uma listagem tremenda e ter quase um departamento, a estudar o que é que se vai fazer com as águas das piscinas, etc. Portanto, parece-me que as medidas que devem ser propostas no âmbito das propostas de recomendação são medidas pequenas, que sejam concisas e, acima de tudo, que estejam adequadas àquilo que é a forma como o Município trabalha, às competências que o Município tem e à relação entre as competências do Município com as outras instituições, nomeadamente com as instituições governamentais. Não estando isto aqui explanado e apesar de concordarmos, com os considerandos, não temos forma nenhuma de poder acompanhar favoravelmente esta proposta de recomendação.-----

-----Muito obrigada.”-----

3.2.6. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----“Eu queria só reforçar que esta proposta de recomendação que nós apresentamos não é propriamente nova. Ela vem na sequência de uma proposta de recomendação que já tinha sido apresentada aqui nesta Assembleia Municipal, no ano de dois mil e dezoito, e que à data foi aprovada por unanimidade. Entretanto não temos conhecimento que ela tenha avançado e, portanto, neste novo mandato, isto serve como insistência, não é propriamente uma coisa nova.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Depois também queria dizer que registamos a explicação do Senhor Presidente, que vem já com a assinatura típica, com a imagem de marca da incoerência, porque o Senhor Presidente e o Executivo dizem-nos em simultâneo: “isto não é competência nossa” e “já está a ser feito”. Ao mesmo tempo, as duas coisas, como se isso fosse possível. E, portanto, isto há de ser um projeto-piloto de Shrodinger, ao mesmo tempo, não nos compete a nós fazê-lo, ao mesmo tempo já está a ser feito. Portanto, registamos mais uma vez essa incoerência. -----

----- Quanto ao Partido Socialista seguir a linha do IN-OV, para nós também não é novidade, também não é novidade nesta Assembleia Municipal, e creio que os factos são públicos e conhecidos e, portanto, não temos nada a comentar. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

3.2.7. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, só para explicar ao Senhor Deputado Tomás Perestrelo (EO) que está completamente equivocado. As únicas pessoas que se colam a alguém, é ele que se cola ao Bloco de Esquerda, na forma de fazer política. Tudo o resto, nós dispensamos fazer qualquer comentário. -----

----- Obrigada.” -----

3.2.8. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada por maioria, com vinte e um votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste

Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Salvador António Martins Bastos Costeira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com dez abstenções, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Maria da Glória Fernandes Sarmento), duas da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro) e uma do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), e com cinco votos a favor, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----O Senhor Deputado Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 114/2023**-----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – ESTUDO DE USOS DE ÁGUA NÃO POTÁVEL NO MUNICÍPIO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título, o qual foi rejeitado por maioria, com vinte e um votos contra, sendo dezasseis do Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dez abstenções, sendo quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, duas da Coligação Democrática Unitária e uma do Partido Chega, e com cinco votos a favor, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.3. O Senhor Deputado António Coimbra (CDU) referiu o seguinte: -----

----- “O tempo dos mandatos autárquicos voa. O atual mandato avança a passos largos. Durante os mandatos é normal que o Executivo camarário vá anunciando novos projetos, novos investimentos. -----

----- Sabe-se e estão identificados os principais problemas e carências na Freguesia de Carnaxide. Na Freguesia de Carnaxide o Executivo camarário não tem realizado obra digna de registo. Em largos anos, apenas a requalificação da Sociedade Filarmónica, a requalificação da Igreja Matriz e obras de requalificação nalgumas escolas. Há obras anunciadas, algumas delas consideradas estruturantes, ganham o estatuto de prioritárias. Damos quatro exemplos: o lanço Carnaxide/Queijas da Via Longitudinal Norte, fundamental na retirada de grande parte do trânsito que atravessa Carnaxide; a construção de dois parques de estacionamento previstos, um junto ao centro de saúde e outro na Avenida Portugal, como ajuda a esse drama que é estacionar em Carnaxide; a requalificação e legalização da AUGI, a área urbana de génese ilegal na Quinta da Gandarela e a construção do apenas iniciado centro comunitário, na Portela de Carnaxide. -----

----- Embora considerados estes exemplos como prioritários, não negligenciamos a importância de tantas outras obras anunciadas e não concretizadas: a requalificação do Centro

Cívico, a requalificação da zona envolvente do Santuário da Rocha, a nova esquadra da polícia e centro geriátrico, novas habitações com rendas apoiadas previstas para a Quinta das Acácias e o polidesportivo no Alto dos Barronhos. Já agora, dar conta que a CDU esteve recentemente no Bairro Alto dos Barronhos e os sinais de degradação do bairro são evidentes. Aquilo não está favorável e nalguns casos, necessita de intervenção com alguma profundidade. -----

-----Por isso, pede-se ao Executivo que nos dê informações sobre o andamento destes projetos, que tantas expectativas geraram na população. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.4. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Começou um novo ano letivo e eu gostava de recuperar algo que data de dois mil e dezanove, e que era um suposto protocolo em que a Câmara Municipal de Oeiras teria acesso a seis vírgula quatro milhões de euros, para a requalificação e modernização de três escolas (Augusto Lucas, Aquilino Ribeiro e São Julião da Barra). É bastante estranho que ainda hoje, em dois mil e vinte e três, no caso concreto da Escola de São Julião da Barra, haja uma completa desatenção, ao ponto daquela escola se encontrar em condições que obviamente, não são aquelas que queremos ter crianças a estudar. Há inclusivamente pais a disponibilizarem-se para irem pintar as salas, já que o Município não o consegue acautelar. -----

-----A minha pergunta é: o que é que se passou de dois mil e dezanove até hoje, que inviabilizou que fossem feitas essas obras e o que é que o Executivo está a fazer, para garantir que todas as escolas do Município se encontram em condições de receberem os alunos e de obviamente, eles poderem ter aulas com condições de salubridade?-----

-----Muito obrigada.”-----

3.5. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“O desporto na CMO começou neste início de época em grande. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Um. Teve lugar o primeiro jogo da equipa sénior feminina de futsal, no novo pavilhão do Clube dos Unidos Caxienses, recentemente construído com o apoio do Município de Oeiras. Uma extraordinária adesão dos sócios e da comunidade. Também esteve presente na partida a Senhora Presidente da União de Freguesias, Doutora Madalena Castro, que apoiou a aquisição dos novos equipamentos de todos os escalões. -----

----- Dois. No Jamor, mais uma corrida Tejo Kids. Uma grande festa de atividade física organizada pelo Município de Oeiras a pensar nos mais novos, mas dirigida a toda a família. Não faltaram os jogos tradicionais, os insufláveis e oferta de livros pelas bibliotecas Municipais de Oeiras. ---- -----

----- Três. Também o Senhor Vereador esteve presente na Associação de Estudantes da Faculdade de Motricidade Humana, no Jamor, para assinalar a entrega de novos equipamentos desportivos, cuja produção foi apoiada pelo Município de Oeiras, através da sua Unidade de Juventude. Foram entregues mil e duzentos equipamentos para as equipas de oito modalidades desportivas. Um gesto que testemunha a relação de forte proximidade que mantemos com as associações estudantis do ensino superior, sediadas em Oeiras. -----

----- Quatro. A tradicional Regata Patrão Lopes, que se realiza sem interrupção há cinquenta e cinco anos, por altura das Festas de Paço de Arcos, com a organização do Clube Desportivo de Paço de Arcos. Foram mais de cento e cinquenta atletas participantes, nos dois dias de regata, que serve também como testemunho da vitalidade que a vela está a adquirir em Paço de Arcos. Parabéns ao clube, à sua direção e a todos os participantes. -----

----- A corrida do Tejo no passado dia dezassete de setembro, domingo, na Avenida da Marginal em Oeiras, que, mesmo com tempo chuvoso não desmotivou os atletas ao longo dos dez quilómetros de percurso, que mostraram garra e determinação em cruzar a meta. Foi a quadragésima segunda edição da Corrida do Tejo, que contou com mais de oito mil participantes, numa das mais participadas de sempre em que, por curiosidade, mais de trezentos inscritos eram

jovens com mais de sessenta anos. -----

-----Também queria deixar aqui um aviso para estarem atentos, pois o Município de Oeiras vai assinalar o Dia Internacional do Idoso, com um programa de atividades promotoras do bem-estar e socialização da população sénior, a decorrer durante o mês de outubro, denominado “Programa Sem Idade”. Estejam atentos. -----

-----Por fim, uma grande notícia que nos enche a todos de orgulho: Oeiras será a primeira etapa do percurso da Volta a Espanha em bicicleta, La Vuelta dois mil e vinte e quatro. A volta a Espanha em bicicleta no próximo ano de dois mil e vinte e quatro, arrancará em Lisboa e as três primeiras partes do percurso, serão feitas em Portugal. No dia dezassete de agosto inicia-se a La Vuelta, que terá como trajeto inicial, um percurso entre a Torre de Belém e a Praia da Torre, em Oeiras. Fantástico. Parabéns a todos os que estiveram envolvidos para que tão grande prova internacional tivesse também lugar em Portugal e principalmente em Oeiras. -----

-----Parabéns Senhor Presidente da Câmara, parabéns Senhor Vereador do desporto, parabéns a todos os vereadores, que estiveram implicados neste grande evento.”-----

3.6. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu pedi para falar depois de ficar perplexo com a intervenção da Senhora Deputada Mariana Leitão (IL), porque as pessoas têm responsabilidade e no seu caso particular, com o cargo profissional que tem neste momento, não devia propositadamente omitir, que entre a data em que a Câmara e o Governo celebraram o acordo para o apoio financeiro à reabilitação das três escolas e a data de hoje, saiu o decreto-lei vinte e um, de dois mil e dezanove, saiu o decreto-lei dezasseis, de dois mil e vinte e três, foram celebrados dois acordos setoriais de compromisso entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios e hoje - e a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) deveria saber isso, tão bem ou melhor que qualquer um dos membros desta Assembleia -, a reabilitação das escolas identificadas como prioridades muito urgentes e de primeiro nível de prioridade, são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

financiadas a cem por cento por verbas do Estado. -----

----- Portanto, o Executivo sabe, decerto estará a trabalhar também com a área dos fundos e com a área da coesão territorial, no sentido de obter o financiamento integral para as escolas do Concelho, que carecem de intervenção prioritária.-----

----- A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) saiu, foi pena... Ah, ouviu? Ainda bem que ouviu para perceber, de facto, que anda distraída no mundo da política. -----

----- Muito obrigado.”-----

3.7. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) observou o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Foi hoje vendido em hasta pública o terreno Municipal da Ex CNP junto à SIC e à Rotunda dos Cavalos pelo valor base de licitação e por isso temos no Município, a partir de hoje, mais um terreno municipal que poderia ter sido utilizado para habitação passar para as mãos de fundos imobiliários chineses. Lembramos que apesar da venda, continuamos à espera da resposta ao requerimento que entregámos a seis de julho, com questões sobre este terreno. Portanto, continuamos a aguardar. -----

----- A outra questão que queria colocar. Desde que nós fomos eleitos, há dois anos atrás, temos por sucessivas vezes questionado sobre a situação dos moradores da Quinta do Açude em Laveiras, Caxias. A seis de julho (e depois de dois anos sem resposta), fizemos um requerimento questionando: Em que fase está a avaliação da situação das pessoas que vivem nas habitações precárias da Quinta do Açude? Dois anos depois do Senhor Presidente ter dito que iria avaliar a situação. -- -----

----- Ora, a dezasseis de setembro o requerimento é finalmente respondido ao Grupo Político Evoluir Oeiras, indicando que a vinte e cinco e vinte e seis de julho tinham feito um levantamento e que indicavam, e passo a citar: “No que concerne ao estado de manutenção e conservação dos anexos existentes, é crítico, colocando em causa as dignas e necessárias condições

de habitabilidade. Nenhum dos anexos identificados tem água canalizada e potável, estando os residentes condicionados à utilização de depósitos e reservatórios de água no exterior. Tendo em conta a antiguidade dos materiais de construção dos anexos identificados, a maioria dos telhados existentes contém fibras de amianto, altamente prejudiciais à saúde. Os limitados recursos financeiros dos agregados familiares identificados, alguns deles com problemas de saúde comprovados e associados às avançadas idades dos Representantes de Família, bem como a atual conjuntura socioeconómica, são indicadores reais da vulnerabilidade social em que estas famílias se encontram”. Isto foi a resposta da Câmara Municipal. Mas quanto à questão prática de quando é que a situação seria resolvida, nada foi respondido.-----

-----Ora, a doze de setembro, o Senhor Presidente resolve finalmente ir visitar este núcleo habitacional onde estão pessoas (como disse no vídeo que filmou) há mais de cinquenta anos e que não têm as condições de salubridade e que foi então decidido que a Câmara Municipal irá adquirir aqueles terrenos e aquelas casas, para reabilitar a zona ou outra solução semelhante. -----

-----Ora, Senhor Presidente, é caso para dizer que ao contrário do que alega: Não acabou com as barracas no Concelho, porque se estão lá casas há cinquenta anos, com pessoas a viver precariamente há cinquenta anos, com barracas e com depósitos de água no exterior para tomar banho, não serão as melhores condições.-----

-----Portanto, o Grupo Político Evoluir Oeiras espera que depois de dois anos a alertar para esta situação, que esta situação finalmente se resolva depois da visita do Senhor Presidente. -----

-----E depois aproveitar para questionar se é do conhecimento da Câmara Municipal situações recentes de pessoas em situação de sem abrigo, a viver no interior da Quinta de Cima e na Estação Agronómica. Se têm conhecimento, gostaríamos de obter dados sobre essa informação.

-----Muito obrigada.”-----

3.8. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu gostava só de..., para já agradecer as explicações do Senhor Deputado do Partido Socialista, mas dizer-lhe que aqui o meu objetivo é que seja o Executivo a explicar o que é que se passa, para termos pais a disponibilizarem-se para irem pintar as salas e das duas, uma, ou é o Executivo que falhou, ou é o Governo que falhou. E o Governo, neste momento, é um Governo encabeçado pelo Partido Socialista. -----

----- Muito obrigada.” -----

3.9. O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Começaria por avivar a memória do Senhor Deputado Coimbra (CDU), que normalmente cada vez que fala de Carnaxide, dá-me argumentos para eu realmente fazer um rol de melhorias. Assim ao correr da pena, estive apenas a tomar nota, quando fala de ausência de investimento em infraestruturas em Carnaxide, que eu me lembre, começaria pelo Centro de Saúde de Carnaxide, que pelos vistos não é uma obra estruturante. Escola Sílvia Philips: manutenção e ampliação da Escola Sílvia Philips. A construção da Escola Camilo Castelo Branco. Os pavilhões desportivos da Vieira da Silva e da Camilo Castelo Branco. A Escola Amélia Vieira Luís. A Viera da Silva. O jardim de infância Tomás Ribeiro, no Alto dos Barronhos. A Igreja da Outurela. A igreja, lar e biblioteca de Carnaxide, Centro Cívico. O quartel dos bombeiros de Carnaxide. A esquadra da polícia. Em breve irá haver outra, mas aquela esquadra de polícia já foi feita lá em Carnaxide. Bairros sociais: várias creches e jardins de infância nos bairros municipais. Centro de Saúde de Carnaxide. Centro histórico de Carnaxide, quem o viu e quem o vê, que agora até está cheio de restaurantes. Sociedade filarmónica, de que vossa excelência é um sócio e já foi presidente, ou é presidente. Recuperação da Igreja de São Romão de Carnaxide e recuperação da Igreja da Senhora da Rocha, onde foram investidos milhões de euros. Parques e jardins na Outurela. Se calhar, o Senhor Coimbra não gosta de ir lá passear, mas recomendo, porque são parques e jardins muito bonitos. A erradicação de todas as barracas existentes naquela freguesia.

A academia de dança. O Clube de Carnaxide Cultura e Desporto. O novo cemitério de Carnaxide. Terreno para dois lares da terceira idade, em Carnaxide. Aquisição da Serra de Carnaxide. Em breve, a intervenção na Quinta da Casa Branca. Complexo Desportivo Carlos Queiroz, com pavilhão desportivo e campo de futebol. Eixo verde e azul. Se isto não é infraestruturante, então o que é? Carnaxide, tal como o Senhor o conheceu, e ele é agora, tem todo este investimento de muitos milhões de euros. Centenas de milhões de euros. -----

-----Relativamente à Senhora Deputada Mariana Leitão (IL). Foi realmente assinado um protocolo aqui há três anos, salvo erro, com o Ministério da Educação, para realizar obras em três escolas. Esse protocolo andava na ordem dos seis milhões e meio de euros. Acontece que foi assinado na sequência de vistorias realizadas pelo Ministério da Educação. Essas vistorias, naturalmente que eram vistorias incompletas, tão incompletas, que com o início da execução do projeto da Escola Augusto Lucas, que era uma das que estava incluída, a obra atira para dez milhões, com IVA vai para a ordem dos doze milhões e meio de euros. Naturalmente que um protocolo de seis milhões para três escolas, não dá para fazer, quer dizer..., uma escola com doze milhões e meio. Esse assunto foi colocado ao Ministério da Educação, ao Governo e neste momento posso-vos dizer que as coisas, na sequência de um encontro que tivemos com a Ministra Mariana da Silva, estão bem encaminhadas, já foram dadas orientações para apresentarmos uma candidatura e em breve essa escola será financiada pelo PRR. Portanto, significa que começam a estar criadas condições para que a Câmara possa realizar essas obras. Por outro lado, quero dizer que nos últimos dois anos foram feitos investimentos de milhões de euros. É bom que a Senhora Deputada.... Eu estranho que não leiam o boletim da Câmara, porque se porventura lessem o Oeiras Atual, tinham oportunidade de chegar aqui e fazer perguntas mais concretas. Ora bem, para terem uma ideia, só em fibrocimento, na substituição de fibrocimento, nos últimos dois anos e no âmbito de um acordo também (ou amianto, como quiserem) com o Ministério da Coesão, foram feitos investimentos de dois milhões de euros. Na eficiência energética, um milhão e trezentos mil.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Apenas em quatro escolas, cinco milhões. Depois temos as obras de manutenção levadas a cabo pelas freguesias, neste momento temos intervenções em mais de trinta escolas. Nos últimos dois anos temos investimentos superiores a quinze milhões de euros. Portanto, as escolas de Oeiras, de uma forma geral e particularmente as do primeiro ciclo, estão impecáveis. -----

----- Estão em conclusão projetos de novas creches, em breve estará pronto o da Sofia de Carvalho, em Algés, o Pingolé, em Vila Fria e o Traquinas em Queijas. São projetos que estão praticamente concluídos. Portanto, em matéria de equipamento escolar estamos bem e estão em curso dezenas de intervenções. Em breve avança a Gil Vicente, já está em curso, uma obra que também anda muito perto dos dois milhões de euros. Todas estas informações constam do Boletim da Câmara. -----

----- Relativamente à Quinta do Açude. A Câmara Municipal de Oeiras, como sabem, é uma Câmara que a nível nacional, é um exemplo em matéria de habitação. Aliás, esqueci-me de dizer ao Senhor Deputado Coimbra (CDU), que o primeiro investimento no âmbito do PRR é precisamente em Carnaxide, onde está a decorrer, num estado muito avançado, mais sessenta e quatro apartamentos, destinados a famílias que precisam de casa. Isto está a acontecer em Carnaxide, no Alto da Montanha. São sessenta e quatro apartamentos. Naturalmente que há núcleos, como é o caso da Quinta de Açude, ou Quinta do Martins (como quiserem), onde vivem pessoas, onde existe uma família que não paga renda, que vive lá há três meses e depois há famílias que pagam renda. Pagam renda, e que no momento próprio, quando chegou a altura de serem realojadas, não aceitaram o realojamento. Aliás, são famílias, de forma geral idosas, que gostavam de continuar a viver ali naquele local. Portanto, a Câmara Municipal procedeu ao levantamento da situação e realmente, algumas das pessoas que vivem lá isoladas, uma tem um filho, outra vive sozinha, pagam rendas na ordem dos quinze, vinte euros por mês, e naturalmente que a Câmara Municipal, como sabem, no âmbito da política de realojamento, realojou em primeiro lugar as barracas. Estamos em condições de realojar algumas destas famílias, mas é óbvio que a Câmara

Municipal não pode realojar uma família e não deitar imediatamente abaixo. Devem ser deitadas abaixo todas as casas que não têm condições de salubridade. Entendemos que o mais adequado seria tentarmos a compra daqueles terrenos, até porque são terrenos que estão no leito de cheia da Ribeira de Barcarena e faz todo o sentido, a manter-se o núcleo, que sejam casas restauradas pela própria Câmara Municipal e que podem vir a servir, eventualmente, de casas de transição. De todo o modo, a Câmara Municipal terá condições, a breve trecho, particularmente as famílias que estiverem com mais dificuldades, de as poder realojar no programa de habitação. Seja a Quinta do Açude, seja uma outra mais acima, perto da Quinta dos Arcos, a Câmara Municipal (também pagam renda, esse é o problema), já quis realojar essas famílias, mas elas não aceitaram. A Câmara não pode obrigar uma família que vive numa determinada casa, que nós consideramos que não tem as melhores condições, a não ser que esteja em risco e estando em risco, naturalmente que a Câmara Municipal pode atuar. De todo o modo, todas essas situações são do conhecimento da Câmara Municipal e em função das suas condições, a Câmara Municipal atuará em conformidade. -----Muito obrigado.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação da Proposta CMO N.º 611/2023 – GMA – relativa ao Plano de Atividades e Orçamento 2023 da TratoLixo – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Foi distribuído pelos senhores deputados o parecer que foi feito pela Comissão de Economia e Finanças e também foi entregue ao Senhor Administrador da TratoLixo. -----

-----Alguém pretende usar da palavra, sobre este ponto?”-----

-----A Senhora Deputada Carla Santos (CH) observou o seguinte:-----

-----“Enquanto Deputada Municipal do Partido Chega e no que concerne à apreciação da proposta da Câmara Municipal de Oeiras, número seiscentos e onze, de dois mil e vinte e três,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tivemos também...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Peço-lhe que fale um pouco mais alto, que não se consegue ouvir. Ou mais perto do microfone.”-----

----- A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

----- “...tivemos também em apreço a última auditoria promovida pelo Tribunal de Contas à TratoLixo, no sentido de apreciar a aplicação dos fundos públicos, analisar a génese evolutiva da empresa, verificar a legalidade e regularidade das operações efetuadas, avaliar a segurança, a viabilidade do sistema de controlo interno, conhecer a respetiva estrutura organizacional e os meios humanos afetos e igualmente apreciar a estrutura económico-financeira da empresa e seus resultados alcançados. -----

----- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras perspectivas estão devidamente preparadas no que requer aos pressupostos e em consonância com as políticas contabilísticas, de acordo com o sistema de normalização financeira. -----

----- Aludimos apenas, enquanto Partido Chega, à advertência constante no relatório do fiscal único que adverte, cito: “que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Apreciamos aqui, um bocado tardiamente, o Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e três da TratoLixo, já que estamos perto do final do ano a que estes documentos se reportam. Estes atrasos são um problema recorrente aqui na Assembleia Municipal de Oeiras, o que é uma pena, porque dificulta a análise e limita os contributos que esta Assembleia poderia

dar a estes documentos. -----

-----Dito isto, queria dizer uma outra coisa que não tive oportunidade de dizer da última vez que apreciámos aqui documentos da TratoLixo, há cerca de duas semanas, por falta de oportunidade. Mas eu queria cumprimentar o representante da TratoLixo que aqui esteve a dar respostas às perguntas dos deputados municipais e creio que está cá hoje novamente, tanto pela qualidade técnica das respostas que deu, como em particular pela cordialidade e pela elegância com que o fez. Infelizmente, este comportamento não é unânime nos representantes de empresas municipais que por aqui passam, visto que nem todos os representantes de empresas compreendem que é função dos deputados aqui eleitos escrutinar, averiguar, fazer perguntas, que às vezes são difíceis e que tudo isso deve ser encarado com a maior naturalidade democrática. Como isto está efetivamente longe de ser unânime nesta Assembleia Municipal, nós achamos que é de assinalar e de sublinhar. -----

-----Dito também isto, temos umas questões..., temos pelo menos uma questão de fundo a colocar. Quando aqui debatemos esse Relatório e Contas, de dois mil e vinte e dois, há cerca de quinze dias, falámos dos encargos financeiros da TratoLixo, que o ano passado já foram bastante mais elevados que o que se previa, fruto naturalmente, do contexto de subida das taxas de juro que vivemos. Nós à data, perguntámos se não haveria possibilidade de renegociar os contratos inerentes a esse aumento de encargos financeiros, que nessa altura também, soubemos estarem indexados sobretudo à Euribor a seis meses. Foi-nos dito pelo representante da TratoLixo que isso seria indesejável porque poderia despoletar certos mecanismos do Banco Portugal - que não vale a pena entrar aqui em detalhe sobre eles -, mas que são mecanismos que são despoletados quando se renegoceiam, ou que podem ser despoletados quando se renegoceiam contratos de empréstimo desta natureza. -----

-----A questão é que neste orçamento para dois mil e vinte e três, aquilo que vemos é uma previsão de que estes encargos financeiros subam ainda mais e tendo em conta os pressupostos em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que este orçamento assenta, nomeadamente quanto à subida das taxas Euribor que está a ser mais acentuada que o que está previsto neste orçamento, é expectável que estes encargos financeiros fiquem ainda acima daquilo que a TratoLixo prevê para dois mil e vinte e três. Os encargos previstos para este ano já ascendem a cinco vírgula dois milhões de euros. Por comparação, em dois mil vinte e dois, tinham sido cerca de um vírgula cinco milhões, o que significa que entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, estes encargos financeiros aumentaram três vírgula sete milhões de euros.-----

----- Por outro lado, notamos que a TratoLixo tem na sua revisão orçamental previsto um resultado líquido negativo em torno dos cinco milhões de euros, o que origina a necessidade de uma transferência no mesmo valor para a empresa, feita pelos municípios acionistas, ou seja, feita também pelos munícipes de Oeiras, pelo Município de Oeiras.-----

----- Tendo em conta esta realidade que vemos no orçamento para dois mil e vinte e três, nós consideramos, o Grupo Político Evoluir Oeiras considera, que a pergunta que fizemos há quinze dias, de se não há hipótese de renegociar estes empréstimos da TratoLixo, ganha ainda mais força, porque o que nós temos aqui, uma transferência de cinco milhões de euros para a TratoLixo, empresa esta que tem encargos financeiros inerentes, este ano previstos, no mesmo valor e, portanto, há outra pergunta que se impõe na sequência desta, que é se a TratoLixo não renegociar estes empréstimos, aquilo que temos (perguntamos nós) são os munícipes, dos municípios acionistas, a financiar estes encargos financeiros todos da TratoLixo?-----

----- É que nós temos visto nesta crise da inflação e de subida das taxas de juro, há quem se esteja a safar muito bem, apesar de tudo, como em todas as crises e nesse grupo incluímos claramente a banca, que tem tido lucros extraordinários. Portanto, esta pergunta até se pode colocar de outra maneira: estão os munícipes, ou seja, estamos todos nós a financiar os lucros da banca, porque a TratoLixo não quer, ou considera que não é desejável renegociar a taxa de juro inerente a estes empréstimos que tem? Acha a TratoLixo que esta realidade incomoda menos que uma

eventual incompreensão do Banco de Portugal, perante o renegociar de um empréstimo?-----

-----É que a tudo isto, ainda se soma a questão do novo aterro, onde o relógio está a contar e o prazo está mesmo a terminar. Para além de todos estes problemas, para além de todos os problemas inerentes a essa questão do aterro, surge a menção nestes documentos, de estarem a ser estudadas várias soluções para o problema do aterro, mas a única concretamente referida, envolve um investimento avultado (entre quinze e vinte milhões de euros), para passar a produzir combustíveis derivados de resíduos industriais. Isto é, para coíncineração. Levanta-se a pergunta óbvia: vão estes quinze a vinte milhões de euros de investimento, ser financiados com as taxas de juro elevadas que temos (Euribor a seis meses) e que depois podem vir a dar origem a um aumento ainda maior dos encargos financeiros da TratoLixo? Vamos todos ter de andar a pagar também isto? Eu sei que, provavelmente estas não serão as perguntas mais agradáveis, mas, no entender do Grupo Política Evoluir Oeiras, estas são as perguntas que se impõem, porque esta é a realidade que a TratoLixo tem em mãos, esta é a realidade que todos nós temos em mãos e, portanto, deixamos aqui esta pergunta.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte: --- -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Depois de há quinze dias termos discutido o Relatório e Contas, de dois mil e vinte e dois, analisamos hoje, em dezanove de setembro, o Plano de Atividades de um ano que está quase a terminar. Palavra que eu não consigo entender a que se deve esta constante e insistente forma de funcionamento da Câmara Municipal, mas enfim.-----

-----De qualquer das formas, e dado que aquando da apreciação do nosso Relatório e Contas, levantámos algumas questões - que em parte consideramos que foram corretamente respondidas -, pergunta-se agora como é que este Plano não responde às questões que foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

respondidas em sede de análise do Relatório e Contas. Parece complicado, mas não é. -----

----- Elencamos aqui as questões que colocámos e que não conseguimos encontrar resposta neste Plano de Atividades e que entendemos que deve ser refletido no próximo Plano de Atividades. Está a administração ou não, convicta da necessidade da mudança do nome desta empresa a que se chama “Tratolixo”, alinhando o nome com aquilo que são os objetivos de desenvolvimento sustentável, ou seja, com os propósitos da própria empresa. -----

----- Que avaliação faz o conselho de administração ao diferente envolvimento dos municípios nos seus projetos, em especial, qual é a avaliação que o conselho de administração faz pela falta de envolvimento do Município de Oeiras, que é este, obviamente que nos interessa aqui, nos projetos como recolhas de cápsulas de café, rolhas de cortiça, lixo marinho, sistemas de depósito e reembolso de embalagens de bebidas não reutilizáveis, ou projetos como o Recycle Smart, de incentivo para a triagem e reciclagem das embalagens. Não considera este Conselho de administração fundamental, a participação de Oeiras nestas áreas diferenciadoras e inovadoras? E se considera, o que é que o conselho de administração fez junto do Município de Oeiras, para conseguir que o Município de Oeiras, possa aderir a estas novas formas também de recolha de diferentes resíduos? -----

----- E das diferentes metodologias de que falámos há quinze dias, para melhorar as metas da reciclagem, todas elas sobejamente conhecidas e pelo que pudemos apreciar, do conhecimento técnico profundo por parte do Doutor João Dias, que esteve aqui dar-nos respostas e que são utilizadas em diversos países, incluindo Portugal, tendo sido aqui dito pelo Doutor João Dias, que está completamente alinhado com estas metodologias, dado que elas não estão previstas para o ano de vinte e três, vai ou não vai o conselho de administração, propor projetos-piloto para o Concelho de Oeiras, ainda durante este mandato autárquico? -----

----- Finalizamos com a nota de que entendemos que este Plano de Atividades e respetivo Orçamento continua sem dar resposta, para nós a uma questão basilar, que está esplanada nas

finanças públicas, que é a garantia da equidade intergeracional, ou seja, apesar de esta ser uma empresa que à partida, é necessária hoje e amanhã, as suas contas, os seus empréstimos, as suas realizações não podem onerar em muito as gerações futuras e face aos números nada nos diz que este princípio, a par de outros que a lei obriga, está a ser respeitado. -----

-----Obrigado.” -----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Antes de mais, uma nota prévia para esclarecer que a TratoLixo não é uma empresa municipal, é uma empresa intermunicipal e, portanto, a qualificação que aqui foi feita não está correta.-----

-----Segundo, a segunda nota é para achar estranho que..., mas é uma proposta tipicamente socialista, que uma empresa que tem como atividade principal o tratamento de lixo, tenha como designação “TratoLixo”. Pode não ser a mais feliz, mas não é pela transformação desta sigla ou deste nome, ou de uma campanha de marketing feita em torno de uma transformação do seu nome, que as coisas na sua essência mudam. -----

-----O que nos preocupa aqui é a essência e a essência é obviamente preocupante, pese embora, julgo que devemos registar aqui com muito apreço, o trabalho que ao longo dos anos tem vindo a ser desenvolvido pelos conselhos de administração que têm “tomado conta” da TratoLixo, porque a situação já foi muito mais complicada do ponto de vista da sustentabilidade, do que é hoje. Passo a passo, investimento em investimento, as coisas têm vindo a tornar-se do ponto de vista de gestão mais eficientes, mas também, e isso é que nos importa, do ponto de vista dos custos para o consumidor, dos custos para os municípios, também tem sido possível encontrar um conjunto de soluções, por forma a que a tarifa não aumente, de uma forma importante. Pelo contrário, registamos que se nada tivesse sido feito, a tarifa de hoje seria absolutamente inabarcável e aquela que se verifica, sendo embora pesada, sendo embora muito alta (ainda muito alta), é apesar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de tudo, uma tarifa comportável. -----

----- Ora, dizia há pouco, que os problemas são da essência desta empresa e da base como ela foi constituída e que assenta fundamentalmente numa lógica de financiamento, numa lógica em que os capitais próprios não foram muitos e em que o recurso ao financiamento da banca foi o recurso sobre o qual caiu, ou recaiu a opção, quer da AMTRES (Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), quer da própria empresa.-----

----- E é evidente que em tempos em que as questões que se prendem com o financiamento dos bancos são questões mais simples, são questões em que as taxas são suportáveis, é obviamente uma boa decisão, que foi uma boa medida, ela repercutiu-se de forma muito positiva nesses anos, mas também, em contrapartida, nos anos em que as questões do financiamento bancário se complicam (e estamos agora a passar por isso), evidentemente que não poderia deixar de haver uma consequência pesada para o balanço da Tratolixo.-----

----- Isto preocupa-nos, porque aquilo que nos move é não só a eficiência da empresa, mas também os resultados que ela possa vir a obter, por forma a não exonerar excessivamente os municípios e por via deles, os munícipes, e este ano ou no plano para dois mil e vinte e três, à semelhança, aliás, do que já aconteceu como aqui foi dito, em dois mil e vinte e dois, os custos são custos bastante mais elevados do que aqueles que eram. Custos mais elevados em decorrência da inflação, da influência que a inflação teve na estrutura de custos da empresa, mas também e de uma forma muito pesada, do aumento das taxas de juro.-----

----- É o aspeto mais preocupante que aqui queremos evidenciar, estamos absolutamente convencidos que a capacidade de gestão que tem vindo a ser demonstrada, continuará pelos próximos anos, mas é evidente que estou convencido que a própria Câmara Municipal, não deixará de estar preocupada com esta questão, porque a tradução dos aumentos de custos por via da inflação e por via do aumento da taxa de juro, no balanço da empresa, irão seguramente repercutir-se nos custos que estão envolvidos para a AMTRES, nos custos que estão envolvidos para os

municípios e presumo que através dos municípios, os custos para os consumidores. -----

-----Portanto, é algo que nos preocupa, é algo que temos que acompanhar de uma forma quase que permanente. É bom que a transparência dos números que a Tratolixo nos vai dando seja grande, como tem sido. É bom também que estes números cheguem em tempo útil e aí também reforço a ideia de que, de facto, estar a analisar o plano de atividades, ou o orçamento para dois mil e vinte e três, em setembro de dois mil e vinte e três, não é propriamente uma boa prática. ---

-----Seja como for, chamo a atenção para esta empresa, chamo a atenção para a estrutura de custos desta empresa, realço o trabalho positivo que tem vindo a ser feito ao longo dos últimos tempos, mas, de facto, há algumas inevitabilidades que recaíram sobre ela e obviamente que, para que a situação da empresa não volte a ser tão deficitária como em tempos foi, é evidente que tem que haver uma repercussão dos custos em qualquer lado. -----

-----Chamamos a atenção da Câmara Municipal para isto e estamos em crer que serão encontradas as melhores soluções, por forma a não criar dificuldades quer às câmaras municipais de um lado, quer por essa via aos munícipes, que terão que pagar esta taxa de uma forma cada vez mais pesada e infelizmente, bastante acima daquilo que se verifica em alguns municípios vizinhos, pese embora esse custo dos municípios vizinhos tenha vindo a subir de uma forma mais intensa, do que aquele que se verificou com a Tratolixo. Só isto já por si é uma medida positiva, mas do nosso ponto de vista, ainda não chega. Chamamos a atenção, como uma preocupação que continuaremos a acompanhar ao longo do tempo. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte: -----

-----“Depois desta notável intervenção do meu colega António Moita (IN-OV), pouco há a acrescentar, mas gostaria de dar aqui nota de alguns fatores políticos que me parecem pertinentes.

-----Em primeiro lugar, é preciso nos lembrarmos que o universo dos quatro concelhos da Tratolixo representa oito vírgula seis por cento da população nacional e que faz o tratamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

meio milhão de toneladas. -----

----- Há aqui uma nota que eu fiquei pessoalmente descontente, mas se calhar é fruto da atividade e tem que ser, porque é uma espécie de traição ao DNA da Tratolixo, porque temos que nos lembrar que politicamente, a Tratolixo surgiu há muitas décadas como uma alternativa, a um conjunto de municípios maioritariamente comunistas, da CDU, que depois criaram a Valorsul e que tem uma lógica de tratamento de lixo, que é queimar os resíduos e, portanto, de alguma forma, transformam a poluição física, em gasosa. -----

----- A Tratolixo, e sempre foi politicamente essa luta de Oeiras, de Cascais, de Sintra e de Mafra, foi ter alternativas à compostagem, no fundo a queimar o lixo. E deste meio milhão, ainda há aqui vinte e sete mil, do que eu percebi do estudo que fiz dos documentos, que são enviados à Valorsul. Este valor devia de ser zero. Mas queria recordar os senhores deputados, que em matéria de recolha seletiva, estes quatro concelhos estão acima, muito acima da média do país e Oeiras está acima de todos, portanto, nem tudo é assim tão mau. -----

----- E em matéria de recolha de resíduos biodegradáveis, que é o que está mais na ordem do dia, a Tratolixo está na vanguarda nacional na recolha seletiva dos biodegradáveis. E aqui há mais uma nota política, que me parece importante e que advém das declarações feitas pelo CEO da Tratolixo, não se está a procurar implementar um modelo de porta a porta, que comporte mais gastos de combustível, de rotas, de pessoal e queria chegar aqui a este ponto: o problema do lixo é um problema de cidadania acima de tudo e em primeiro lugar. É um problema de todos nós, tal como é o problema da proteção civil e, portanto, a seleção doméstica, a seleção dos bio resíduos e que o cidadão pegue no saquinho e o leve ao sítio certo. E compete ao Estado e à Câmara, disponibilizar esse local para o cidadão depositar a tempo e horas e com dignidade e com valoração técnica, esses resíduos. -----

----- Portanto, há aqui uma questão de atitude e se vocês lerem bem a documentação, há ali um ponto que eu achei extremamente interessante. Estamos a colher frutos desta vanguarda

seletiva do lixo, que foram semeados há trinta anos e, aliás, começaram em Oeiras e curiosamente, nas escolas, com os filhos a ensinar aos avós e aos pais, que devem fazer a seleção do lixo. -----

-----Não podia deixar de terminar com uma nota que é da maior importância política, que não foi aqui falada. Um dos motivos do aumento de gastos financeiros prendeu-se (e o seu a seu dono) com... Porque há quatro, cinco anos, não sei precisar agora, o salário mínimo era seiscentos euros, não é, e honra seja feita a este primeiro-ministro e ao seu partido, que tem feito um esforço de subida do salário mínimo e, portanto, está claramente plasmado nos documentos que este aumento dos salários, que é positivo, que é necessário, que aumenta a qualidade de vida dos trabalhadores e que é uma medida essencial para o país todo. é um dos fatores do aumento destes gastos e com mais uma nuance que eu achei interessante, que houve um aumento de gastos no apoio à maternidade. Isto não vem assim muito desenvolvido, mas gostaria de deixar aqui estas notas.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** observou o seguinte:-----

-----“O Doutor João Dias está aí, não está? Então vá, algum esclarecimento que possa prestar... Lembro às senhoras e aos senhores deputados que a Câmara Municipal de Oeiras, o Município de Oeiras, tem dezassete por cento do capital da TratoLixo e isto significa que os acordos têm que ser feitos entre os quatro municípios, satisfazer as necessidades, os objetivos, os interesses de cada um desses municípios, obriga à concertação, a definições estratégicas, etc., e, portanto, talvez o momento não seja o da discussão do Plano e Orçamento, mas no momento em que se discuta realmente a estratégia do destino final dos resíduos no nosso Concelho e na Área Metropolitana de Lisboa.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Doutor, eu peço-lhe que não ultrapasse o tempo de intervenção que tem, catorze minutos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigada.” -----

----- O **Doutor João Dias, Administrador Executivo da Tratolixo**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada pelas vossas questões, penso que apontei todas, se falhar alguma peço a vossa condescendência que repitam novamente se não se importarem. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado do Evoluir Oeiras, que incide essencialmente na questão do endividamento que a Tratolixo tem. É sem dúvida nenhuma uma preocupação nossa, razão pela qual está em curso a renegociação com a Banca. Daí derivará espectavelmente uma redução considerável para o período de vinte e três, vinte e cinco, ou seja, esperamos que ainda tenhamos decisão por parte do sindicato bancário, para este ano, e que se prolongue até dois mil e vinte e cinco. Porquê até dois mil e vinte e cinco? A Tratolixo é uma entidade que desenvolve uma atividade reguladora, sendo uma atividade regulada está obrigada a entregar um plano quinquenal à entidade reguladora, e esse plano quinquenal termina em vinte e cinco. Até lá, estamos limitados, entre diversas premissas, a alterar rendimentos para cobrir gastos não previstos. Estamos perante a questão do juro, esta subida do juro... estamos perante um fator completamente exógeno à própria organização e por isso, a mesmo não pode ser objeto de alteração, ou seja, de cobertura, digamos assim, pela nossa parte, por meios próprios. Pode resultar de uma negociação parcial com o sindicato, mas não será também de todo suficiente, estamos aqui a falar do pricing, estamos a falar do spread, a parte que falta ali, não da taxa de juro definida pelo Banco Central Europeu, e já agora dizer que este Plano de Atividades e Orçamento não prevê as mais recentes subidas que ainda há três, quatro dias foram anunciadas. Quanto a isso, dizer-vos que a subida em sede de taxa de juro, para termos aqui uma noção... o Senhor Deputado falou em valor, eu falo em percentual... em sede de plano quinquenal a previsão é um vírgula zero oito por cento. Porquê? Porque beneficiávamos de uma taxa de juro negativa, que acrescida do spread ficava a taxa de juro positiva. Atualmente, vai nos cinco ponto quinze. Não há orçamento possível

para cobrir esta questão. -----

-----Perante isto, qual a resposta que lhe devo dar relativamente à sua questão, se a TratoLixo entende que não pode renegociar ou que tem que o fazer com algumas condições, e isso pode ser entendido como uma falta de vontade ou uma falta de determinação da nossa parte. Não é de todo. Nós percebemos, é uma questão (e que eu falei na última vez que aqui estive) a dita classificação de NPL (Non-Performing Loan) quando se alteram as condições contratuais, não tem necessariamente a ver com uma vontade da TratoLixo, tem a ver com uma norma, com uma instrução do Banco Central Europeu, mais uma vez, em que diz que, se a alteração das condições iniciais de um contrato, resultar um entendimento que existem dificuldades financeiras, o contrato pura e simplesmente é convertida em NPL. Qual é a consequência de NPL? A consequência de NPL é a exigência imediata do capital em dívida. Por isso, se estamos hoje a falar de cinco milhões, estaríamos a falar de cento e vinte e oito. Temos que gerir isto com muitas pinças, com muito cuidado para que não sejamos classificados como incumpridores, ou como uma empresa que tem dificuldades financeiras, que se traduzem na limitação do pagamento das suas prestações. -----

-----Por isso, a nossa resposta claramente é a seguinte: iremos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, tudo, mas sempre dentro das ferramentas, da flexibilidade que o próprio project-finance, nos dá. Mas não podemos ir muito mais além do que isto, porque isto são normas internacionais, nem o próprio Banco de Portugal influencia, quer dizer, ele tem que cumprir ponto final. -----

-----Segunda questão, relativamente ao aterro. -----

-----No nosso Plano de Atividades e Orçamento, está escrito que uma das hipóteses que está a ser estudada passa por CDR (legislação Energética para Produção de Combustível derivado de Resíduos). Porém, essa solução resulta da leitura que está restrita a essa solução, de facto, não é a leitura mais correta e, se calhar, nós temos que melhorar, sem dúvida nenhuma a nossa descrição. O que está em cima da mesa, neste preciso momento é o seguinte: são todas as soluções



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que se mostrem eficazes e viáveis com base em duas premissas base, que derivam, inclusive, de instruções do próprio Governo, partilha de infraestruturas já existentes e alinhamento com todos os investimentos que já estão em cima da mesa e que podem ser objeto de cofinanciamento. Porque o setor, e eu disse isto na última reunião, está todo ele descapitalizado no sentido de obter, de ter condições de financeiras para fazer os investimentos que se mostram necessários. Por isso, sim, queremos procurar e vamos procurar todas as soluções ao aterro e não tem necessariamente que passar apenas e só pelo CDR. Agora há aqui um ponto que eu tenho que dizer, o enquadramento jurídico que se aplica às empresas e sector local, também não facilita este caminho, basta dizer isto: se o acionista não pode injetar dinheiro na empresa municipal para novos investimentos, e a empresa também tem que fazer toda uma gestão numa ótica de resultado neutro, como é que se auto financia? Isto do ponto de vista financeiro, é um problema.-----

----- Pergunta colocada pela Senhora Deputada do Partido Socialista. -----

----- Mudança de nome... é algo que ainda não pensámos no tema, ainda não pensámos é nisso, por isso não lhe consigo dizer sequer, qual a nossa posição quanto a uma eventual mudança de nome. No entanto, dizer que, não obstante de tratarmos lixo, hoje em dia tratamos recursos. Mas acho que é mais uma questão de forma do que substância. Substantivamente o que nós temos que saber (e eu acho que é muito importante focarmo-nos nisto) o que é que resulta da nossa atividade? E o que resulta da nossa atividade são quantitativos como os seguintes:-----

----- Produção de dez milhões de metros cúbicos de biogás, que resultam do tratamento de oitenta mil toneladas de resíduos indiferenciados, ou de matéria orgânica dos resíduos indiferenciados, que ainda são recolhidos como tal. A partir de janeiro, serão recolhidos como recolha seletiva. -----

----- Produção de oito mil e quinhentas toneladas de composto. -----

----- Para além disso, a reciclagem, ou valorização de quantitativos dos vários fluxos podem ser valorizáveis, como o vidro, mais de catorze mil toneladas, o papel mais de quinze mil toneladas,

e outros fluxos vinte e seis mil e quatrocentas toneladas. Só no papel (para nós termos uma noção e conseguirmos valorizar isto) são mais de trezentas e trinta mil árvores que não foram abatidas.

-----Certo, podemos mudar de nome, mas substantivamente o que estamos a fazer é isto. Por isso, não retiro peso à vossa questão, não sei se a nossa preocupação deva ser essa neste momento, no entanto, não estou com isto a excluir nos debruçarmos sobre isto. -----

-----Relativamente a qual a nossa posição, qual a nossa leitura relativamente ao suposto não envolvimento de Oeiras nos vários projetos que mencionaram. Eu prefiro mencionar todos os projetos em que Oeiras se envolve, e Oeiras, sem dúvida nenhuma, que adere desde a primeira linha na recolha de bio resíduos, envolve-se sem dúvida nenhuma, em todas as outras categorias de recolha seletiva. Aliás, o Concelho de Oeiras, de todo o nosso sistema, é o que tem melhor performance do ponto de vista da recolha seletiva, isso resulta que adere. -----

-----Cápsulas de café, as rolhas de cortiça, lixo marinho, são projetos que existem, que muitas vezes são destinados à particularidade territorial de um concelho que faz parte da nossa área geográfica... não quer com isto dizer que Oeiras não possa participar, não participou no ano passado, pode participar este ano, não é por aí. No entanto, volto a dizer, não é por Oeiras não participar, que não atinge os seus objetivos, e tem vindo a atingir e com reconhecido mérito e neste caso até performance. -----

-----Quanto às metodologias, que também colocaram, relativamente ao RATE...., eu acrescentei o STR, eu penso que fui muito perentório. Estamos cem por cento de acordo, ou seja a nossa leitura é esta: que venha, que seja implementada, seja legislado desde de que, salvaguardado o erário público. E aqui o erário público é todos os montantes, todos os fundos que a TratoLixo, enquanto empresa privada, mas com capitais públicos, teve que investir, sejam devidamente salvaguardados, porque não pode haver qualquer tipo de desvio de verbas para compensar e para nos permitir continuarmos a ser sustentáveis, no ponto de vista nossa operação. Basta vos dizer o seguinte, a nossa operação tem uma margem positiva. A nossa operação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

efetivamente tem uma margem positiva, só o é porque temos lá os fluxos valorizáveis, se tirarmos os fluxos valorizáveis, se calhar a operação nem sequer é positiva. E isso é preocupante, e eu do ponto de vista financeiro tenho que o evidenciar. -----

----- Quanto à última questão, da garantia da equidade intergeracional. -----

----- Um Project Finance, é um instrumento financeiro de longo prazo, que o que prevê é uma estabilização do reembolso de capital para que o esforço, que a empresa tem que desenvolver para reembolsar esse mesmo capital, seja compatível com as necessidades de investimento. Empresas como a Tratolixo são atividades que se chamam de investimento contínuo. Porquê? Porque os desafios aumentam ao longo do tempo, e aumentam... podem até não aumentar em termos quantitativos, mas pode aumentar em termos de exigência, seja legislativa, seja da particularidade que se passa a aplicar num determinado fluxo e que tem que se ter outra capacidade de resposta. Veja-se, por exemplo, a requalificação do tratamento mecânico em Trajouce, que vai passar a ser cem por cento automatizado. Isto implicou um investimento muito forte de cinco milhões de euros. Com base nisto, eu tenho que ter condições para o fazer. -----

----- Importa perceber também, de onde é que vem este Project Finance. Este Project Finance está muito elencado ao que hoje distingue também a Tratolixo no panorama nacional. A central de digestão anaeróbia foi concretizada também com verbas desse Project Finance. Se não houvesse o Project-Finance, que de facto, tem um plano de pagamento muito alargado, até dois mil e quarenta e três, a verdade é que não havia CDA, não havia o tratamento, neste momento, de oitenta mil toneladas, e a partir de novembro de cento e vinte mil toneladas, porque também a CDA está a ser objeto de ampliação, e ao não haver esse tratamento, eram as oitenta mil toneladas que teriam de ser colocadas em aterro, e seriam cem mil toneladas de CO dois, descarregadas na atmosfera. -----

----- O que este Project Finance também permitiu, foi uma não emissão para a atmosfera de cem mil toneladas/ano de CO dois. -----

-----Por isso é importante percebemos, e termos esta consciência... e sim, eu percebo a preocupação com a equidade intergeracional, no entanto...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Doutor João Dias, Administrador Executivo da TratoLixo,** continuou dizendo o seguinte: --- -----

-----“...E não só. É de lei, mas não só. -----

-----Os resíduos vão ser produzidos para sempre. A partir daí... e a partir daí, temos que manter.-----

-----A dívida terá que ser liquidada de acordo com o plano que está estabelecido, conjugado sempre com as necessidades de investimento pontuais que a empresa tem, que são periódicas, e estão devidamente previstas e catalogadas. -----

-----Eu queria apenas (e estou muito próximo de concluir) referir-me a algo que foi dito aqui relativamente ao Inovar Oeiras, ou que o Senhor Deputado do Inovar Oeiras mencionou quanto o envolvimento da Valorsul e o relacionamento que a TratoLixo tem com a Valorsul. Esse relacionamento é essencial. Vou explicar porquê. O aterro como falaram, tem uma capacidade limitada. A capacidade máxima irá ocorrer em dois mil e vinte e cinco. Será muito mais estendida no tempo quanto maiores forem os quantitativos, ou mais relevantes os quantitativos que nós possamos encaminhar para valorização energética na Valorsul.-----

-----Atualmente, dizer que infelizmente, nós quisemos colocar lá vinte e sete mil toneladas e está a projetar para vinte e três, vinte e sete mil toneladas mas, neste momento, entraram zero. E porquê? Porque a Valorsul tem dificuldades técnicas, precisa efetivamente de investir, de se reformular, de se requalificar e não está com essa capacidade, para satisfazer os seus clientes internos quanto mais os externos. -----

-----A questão da partilha das infraestruturas (e terminarei nesta fase), não só é essencial



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

como até é estratégica. Vamos pensar desta maneira: em dois mil e vinte e sete a capacidade de aterro a nível nacional, extingue-se. Se os sistemas continuarem a olhar para dentro e não unirem esforços para responder a um problema que não é (como eu referi na última reunião que aqui estive) só da TratoLixo, é de todos os sistemas, dificilmente teremos capacidade para responder, para dar uma resposta efetiva àquilo que é necessário. E, por isso é bom que as valorizações energética estejam abertas a todos aqueles que precisem delas, que se encontrem outras soluções alternativas, que se amplie inclusive a valorização energética, se assim for necessário, para que a capacidade que existe e que se vai extinguir em vinte e sete, afinal não se esgota em vinte e sete, esgote-se em vinte e oito, em vinte e nove, em trinta, em trinta e cinco, em quarenta e cinco, e sucessivamente, sendo que, daí ainda assim derivam penalizações para todos os sistemas que assim o façam, ou seja, todos os fluxos de materiais que devam de ser recolhidos seletivamente, que devam ser valorizados, que continuem a existir, ou que continuem a permanecer na posição em aterro, terão pagamento de taxa de gestão de resíduos agravada, e é já para vinte e três, para desembolsar em vinte e quatro. E não é assim tão pouco quanto isso, são quarenta e cinco por cento.-----

----- Claro que sim, aos municípios, isto também para responder no envolvimento de Oeiras e que também tem sido nos outros três concelhos, nós temos uma equipa, uma comissão de acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos que reúne todos os meses, e nessas reuniões é comunicado sempre, qual é o estado de cumprimento das metas, qual é o posicionamento de cada município dentro dos seus objetivos, para que esta comunicação fluída permita que cada município possa tomar as suas decisões. Mas isto em colaboração direta, estreita, entre alta e a baixa, e só assim é que pode ser. Esta mesma comunicação e esta facilidade de abertura, de estratégia, de moldar a estratégia de cada uma das partes, tem que existir também com os demais sistemas. Se assim não for, será muito complicado, extremamente complicado, mesmo se assim não for.-----

----- Por isso, Senhor Deputado, lamento, mas vamos ter que nos unir ainda mais à Valorsul,

esse será um caminho, e é bom que o façamos, caso contrário, dois mil e vinte e cinco fica dois mil e vinte e quatro.” -----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte: -----

-----“Eu quero começar por agradecer ao Doutor João Dias a intervenção que fez, e os esclarecimentos tão “lines” relativamente àquilo que é a operação da Tratolixo e as situações com que se debate. E queria enfatizar que objetivamente, o Senhor Presidente respondeu à questão que a minha colega Alexandra Tavares de Moura colocou, que é, a Tratolixo não trata lixos, gera recursos. E é por causa disso mesmo que a questão foi colocada no sentido da conveniência, da importância, de mudar o nome. E estranho, é que um especialista em marketing, como aqui o meu querido amigo António Moita (IN-OV), venha dizer que é irrelevante chamar-se Epaminondas ao Joaquim António. Porque não é irrelevante, do ponto de vista do marketing, estas questões têm importância. E, naturalmente, que uma empresa como a Tratolixo, que hoje faz uma coisa que não fazia quando foi criada há trinta anos, tem, naturalmente que acompanhar os tempos e mudar também ela o nome, para que do ponto de vista da perceção dos seus clientes, que somos todos nós, não se trate de dizer assim: “A empresa Tratolixo trata do lixo que eu faço”. Não, a empresa Tratolixo (que teria outro nome qualquer) pega nos recursos que eu desperdiço, no lixo que eu gero, e cria valor acrescentado. -----

-----E é isso que a empresa e o nome da empresa deve representar objetivamente. -----

-----Era esta a nota que eu queria dar, e o Senhor Presidente respondeu, mesmo dizendo que “NIM”, por responder, de facto... Eu percebo que não seja a primeira prioridade, mas é de facto importante. Sabe porquê? Porque as pessoas vivem muito dos estímulos, das próprias coisas que os rodeiam, eu não vou comprar um gelado que tenha um nome desagradável. -----

-----Portanto, se eu tenho aqui uma empresa que me presta um serviço, que tem um nome que de facto representa aquilo que a Tratolixo é hoje, então a Tratolixo deve mudar o nome para que eu possa aderir de uma forma mais voluntariosa aquilo que é o desafio, que se coloca no futuro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e na questão importantíssima que é a economia circular.”-----

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- “Queria começar por agradecer também, ao Doutor João Dias, as informações que nos prestou, e a forma como o fez. -----

----- Mas queria deixar aqui duas notas:-----

----- Primeiro, não simplifiquei, ou seja, não achei que o objeto social da Tratolixo fosse tão simplesmente tratar o lixo. O que eu disse foi que, enfim... e um bocadinho, provavelmente, influenciado, por tantas e tantas medidas do Governo Socialista ao longo de tantos anos, que uma simples mudança da capa, da imagem do nome, fosse o suficiente para resolver um conjunto de problemas que são sérios, são grandes e que são muito pesados para todos. Desde logo para o Conselho de Administração da Tratolixo, para os acionistas da Tratolixo e para os munícipes que vivem nos concelhos onde a Tratolixo desenvolve a sua atividade. E não há nada pior em marketing, do que fazer transformações sem que o conteúdo bata certo. E, portanto, pareceu-me que o conjunto de sugestões que Partido Socialista aqui deu, se circunscreviam a uma pequena alteração de cosmética e não àquilo que era essencial. -----

----- Ainda assim, e indo ao tema e indo aquilo que é importante, não vi uma opinião sua, ou qual é o entendimento do Conselho de Administração da Tratolixo, relativamente às consequências desta subida muito expressiva dos custos. Eu quando referi a questão da Valorsul, eu percebi que a resposta não foi dada a mim, foi dada ao meu colega, mas eu referi o exemplo da Valorsul tão só porque as tarifas que tem, são ainda hoje bastante distintas daquelas que são praticadas pela Tratolixo. -----

----- Tem havido um esforço sensível ao longo dos anos para que sejam mais próximas, e são hoje, mas é um problema que ainda assim continua a ser um problema pesado. Para mim, a questão fundamental era perceber, do ponto de vista dos acionistas, neste caso do Município de Oeiras e dos munícipes, como é que vê a evolução da situação, que provocará seguramente, um

aumento muito significativo, ainda mais significativo pelo que percebi do que aquele que a previsão feita no princípio do ano tinha para o aumento dos custos, e em que medida é que vê que isso pode ter consequências, de um dia para o outro, ou rapidamente no bolso dos munícipes.”---

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“O Senhor Deputado António Moita (IN-OV), acabou por colocar questões, e o Senhor, fará o favor de responder, embora o tempo tenha sido ultrapassado, mas nós temos que ser esclarecidos, e a sua exposição tem sido altamente esclarecedora.-----

-----Por isso agradecia-lhe, se pudesse responder a estas questões agora aqui colocadas.”

-----O **Doutor João Dias, Administrador Executivo da Tratolixo**, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Indo aqui à questão do orçamento, que é muito importante e, de facto, há pouco não tive oportunidade de me referir de forma mais concreta às questões que colocou.-----

-----Infelizmente, esta tendência de degradação dos resultados da Tratolixo, pelas nossas contas, pelos cálculos que fazemos, manter-se-á até dois mil e vinte e cinco. Por aquilo que falei há pouco, não podemos alterar o fator motivador da entrada de recursos próprios. A nossa tarifa está fixada para o quinquénio vinte e um, vinte e cinco, não podemos alterar.-----

-----Sabendo nós, à data de hoje, que o comportamento da taxa de juros, irá permanecer como está, alto, certamente até a subir ainda mais, até ao primeiro semestre de vinte e cinco, a nossa estimativa é que este é apenas o primeiro ano dos próximos três negativos. E por isso, o esforço que vai ser pedido aos acionistas é exatamente esse, terá que ser de compensar esta não cobertura pelos meios próprios que a Tratolixo disponibiliza, para fazer face ao prejuízo.-----

-----O prejuízo que consta no nosso Plano de Atividades e Orçamento, ronda os cinco milhões (quatro milhões novecentos e oitenta e seis) à data de hoje, está estimado em cinco milhões setecentos e cinquenta e seis, e tendencialmente vai subir, volto a dizer, não reflete a última subida da taxa de juros.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Quanto à inflação, (há uma boa notícia no meio disto), a inflação tem-se vindo a sentir, não está toda espelhada na degradação dos nossos resultados antes de impostos, porque efetivamente em sede de medidas de gestão, nós conseguimos receber algum do impacto, acomodar algum do impacto negativo dessa inflação, mas com taxas de juro é impossível. -----

----- Isto leva-nos, de facto, a ter pedido aos acionistas, e este ano em junho, entramos em contacto proactivamente e, como assim tem de ser, com todos os acionistas, no sentido de lhes dar conta da situação atual da TratoLixo, da degradação dos valores já previstos, que já em novembro último, de vinte e dois, era previsto ser negativo e que iria carecer de uma transferência de equilíbrio, mas havia uma degradação e tínhamos o dever de informar atempadamente todos os acionistas dessa situação. Para quê? Para que possam tomar decisões, para que se possam precaver dessa realidade. E aqui entramos na componente técnico-jurídica, o regime jurídico de acompanhamento das empresas do setor local, estabelece uma série de pressupostos, o nosso entendimento, e não é o nosso entendimento, está devidamente suportado com juristas que nos ajudaram, e nos assessoraram nesse sentido, bem como o nosso Fiscal Único, é que podemos fazê-lo, podemos... aliás, o nosso entendimento é que a cobertura do prejuízo terá que ocorrer, ou poderá ocorrer, ainda no decurso do ano, afim de evitar que o resultado final seja efetivamente negativo. Para evitar o quê? Apenas e só, a concretização de como eu comecei esta minha segunda intervenção, nos próximos três anos, a TratoLixo vai ter prejuízo. -----

----- Basta dizer o seguinte a todos vós: se a TratoLixo tiver três anos consecutivos de prejuízo, há um encerramento automático da empresa.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Doutor, temos mesmo de terminar.” -----

----- **O Doutor João Dias, Administrador Executivo da TratoLixo,** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “Era só este alerta que queria deixar à Assembleia. -----

-----E esclarecer os Senhores Deputados nesse sentido. -----

-----Muito obrigado, pelo tempo que me dispensaram.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada pela sua intervenção e pelos seus esclarecimentos.” -----

-----**APRECIADA** -----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 759/2023 – DMAG/DFP – relativa ao Primeiro Aditamento ao Contrato de Empréstimo de Médio/Longo prazo celebrado no âmbito do investimento municipal na Jornada Mundial da Juventude (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Após o Município ter contraído um empréstimo pelo prazo de cinco anos, no montante de um milhão e meio de euros, ao Banco Comercial Português, a fim de cobrir as despesas da Jornada Mundial da Juventude, o mesmo foi submetido ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia. -----

-----Ora, algumas das cláusulas do contrato suscitaram dúvidas ao tribunal, nomeadamente no que se refere à falta do plano financeiro como anexo ao contrato de empréstimo, mas também à relação deste contrato com outros contratos ou situações credenciais do Município, e ainda às alterações supervenientes ao contrato, à capitalização de juros, e ao tratamento de dados pessoais.

-----Consultada a entidade bancária solicitou o Município a alteração das cláusulas e a clarificação das questões levantadas pelo Tribunal no texto do contrato. Deste modo, foi efetuado um aditamento ao contrato de empréstimo, razão pela qual a proposta foi à Reunião de Câmara e agora vem à Assembleia Municipal. -----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras votará contra, no mesmo sentido de voto de todas as anteriores propostas relacionadas com este financiamento. Acrescentamos ainda que nos parece haver divergências de valores (e isso é que era importante verificar) de amortização do capital do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

empréstimo nos documentos que são apresentados aqui aos Deputados Municipais, e estou-me a referir em concreto: à ficha de compromisso, que está no anexo quatro, versus o plano de reembolso do primeiro aditamento, no anexo três. Se os valores não são compatíveis qual é que é a versão que vigora, afim de que não tenha que vir cá, novo aditamento ao contrato de empréstimo.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

----- “Trinta segundos apenas para dizer o seguinte: nada de mais óbvio que a Câmara Municipal seguir aquilo que o Tribunal de Contas lhe pediu para seguir. Ou seja, a correção de alguns elementos em concreto, e daí só havia uma solução que era o aditamento ao contrato. -----

----- Eu não vejo, com toda a franqueza, da leitura que faço deste aditamento, qualquer questão que seja relevante e presumo que este assunto tenha vindo aqui apenas para confirmação da aceitação das recomendações do Tribunal de Contas.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obviamente, que estamos perante uma questão meramente técnica de uma recomendação do Tribunal de Contas, o Banco Milénio tem a sua formalidade, e o Tribunal de Contas quer outra formalidade. Portanto, uma minuta diferente daquela que o Banco negocia com privados. Às vezes os Bancos esquecem-se que as entidades públicas têm uma natureza diferente dos privados, e, portanto, o Tribunal de Contas vem dizer que tem que ser nesta formalidade. Muito bem, a Câmara Municipal providenciou e é isso que está aqui.-----

----- Não sei se o Doutor Bruno Mouco quer acrescentar alguma coisa... mas o que temos aqui é uma mera formalidade, e, portanto, está tudo explicado.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** referiu o seguinte:-----

----- “Nós estamos perante uma proposta, não é uma proposta administrativa. Portanto, há explicações que não têm, digamos, razão de ser. Agora, há uma coisa clara, que é, os bancos fazem nos seus contratos, a introdução de cláusulas que têm como objetivo, se me permitem a expressão,

“entalar” o particular. Não é compreensível é que os serviços da Câmara tenham, digamos, posto o Executivo a assinar um contrato (e esta própria Assembleia a validar), que tem um conjunto de cláusulas, que ao abrigo da legislação aplicável aos municípios são ilegais. E essa era uma matéria que deveria ter sido vista antes.-----

-----Nós tivemos aqui há uns meses, a discutir um contrato de empréstimo por causa de um conjunto de investimentos ao abrigo do PRR, curiosamente, o Tribunal de Contas vem a propósito deste contrato, colocar algumas questões que já tinha colocado no outro contrato. Mas, os serviços jurídicos da Câmara não utilizaram o know-how do que se tinha passado antes, com o contrato que foi devolvido pelo Tribunal de Contas, para construir este mesmo contrato? É que se não, acho que deveria ter essa preocupação. Porque, depois coloca-se a nós todos que estamos deste lado da mesa, um outra circunstância que é, como não existem serviços de apoio técnico aos grupos parlamentares aqui representados, e à própria Assembleia em si... O Senhor Vice-Presidente não se ria, porque isto não tem piada nenhuma. É nós estarmos a votar coisas, que nos são impingidas, se me permite a expressão sem nenhum valor ofensivo, pela Câmara Municipal e que são ilegais. E que os serviços da Câmara, antes de porem Vossas Excelências a assinar, deveriam ter tido essa preocupação.-----

-----Portanto, esse é que é o problema que se coloca aqui, que coloca responsabilidades a todos nós, qualquer que seja a bancada onde estejamos, no sentido de estarmos a sancionar uma coisa que a própria Câmara também já sancionou, é verdade, os Senhores onze Vereadores, mas que os serviços deviam ter acautelado e que não acautelaram. E essa, é nesta proposta, aquilo que me preocupa mais e que eu peço especial atenção ao Senhor Presidente e a quem lida com estas propostas na Câmara, para que estas questões não aconteçam, porque não podem acontecer.” ----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Eu subscrevo na íntegra, tudo o que o Senhor Deputado do Partido Socialista Jorge Rato disse agora, mas queria acrescentar uma ou duas coisas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Nós não estamos mesmo, perante uma proposta que é só uma mera formalidade técnica. O ritmo acelerado com que se tentou agora despachar este assunto, como quem tem um comboio para ir apanhar, ou qualquer coisa, e tentar passar por entre os pingos da chuva, o que aqui se está a passar como sendo uma proposta técnica, eu lamento muito, mas não pode ser e ainda bem que não está a ser.-----

----- Nós, quando este contrato de empréstimo veio cá pela primeira vez, nós alertámos para algumas destas questões, de não estar discriminado tudo aquilo que devia estar no contrato de empréstimo, e agora sabemos que o Tribunal de Contas não só valida essas questões que nós levantámos, como ainda acrescenta outras coisas que nós não apanhámos, se calhar muito por aquilo que o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse, não temos os mesmos recursos que têm os serviços financeiros e jurídicos da Câmara. Mas, portanto, o que aqui se passou, não pode acontecer.-----

----- E depois, resta uma coisa aos Grupos Políticos desta Assembleia Municipal, que podem sempre fazer quando detetarem situações destas que é, não aceitar que a Câmara impinja coisas destas pela nossa garganta abaixo, seja votando contra, seja com outras atitudes que acharem por bem. -- -----

----- Agora, tentar dizer que o que aqui está em causa não é político, lamento muito Senhor Presidente, mas, pode-se acusar o Senhor Presidente de muita coisa, de não saber o que é que é político, não podemos. O Senhor Presidente, sabe perfeitamente que o que aqui está em causa também é muito político e, portanto, não finja que não sabe, porque sabe.-----

----- E nós, tal como votamos contra, da primeira vez que o contrato de empréstimo aqui veio, por duvidarmos de coisas que não estavam contidas, agora vamos votar contra outra vez, depois de tudo o que se passou. E o Senhor Presidente tentar pintar o nosso voto contra, como sendo um voto contra de embirração, “é só uma formalidade técnica, mas o Grupo Político Evoluir Oeiras, até com formalidades técnicas embirra e por isso, é que votam contra”, não, não, nada

disso. O que aqui está em causa é inerentemente político, é mais um exemplo da sua gestão e da gestão que o seu Executivo faz na Câmara Municipal de Oeiras, que nós não validamos nem vamos validar com este voto. Vamos votar contra, convictamente.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

-----“Só para dizer que registei com muito agrado a intervenção do Senhor Deputado Jorge Rato (PS), e vamos fazer um esforço para ver se os nossos serviços técnicos melhoram, porque pelos vistos têm que melhorar, o que quer dizer que ainda estamos muito longe do apoio aos grupos políticos aqui na Assembleia Municipal. Pois se a própria Câmara ainda não funciona, se os serviços técnicos da Câmara têm este nível de deficiências, vamos ver se melhoramos. -----

-----Mas, neste caso, aquilo que se costuma dizer no ditado popular “albarda-se o burro à vontade do dono”. -----

-----Na verdade, o que estamos a fazer é, o Tribunal de Contas faz determinadas exigências, e a Câmara Municipal cumpre sempre o que o Tribunal de Contas manda, até por uma razão, nunca ninguém me ouviu dizer mal do Tribunal de Contas. Acho o Tribunal de Contas uma instituição extraordinária, com a qual aprendemos muito. E que, relativamente ao Município de Oeiras, ao longo dos anos temos dois ou três casos de recusa de visto, o quer dizer que, de uma forma geral, não trabalhamos tão mal quanto isso. -----

-----Mas, enfim, não somos perfeitos, e neste caso o que estamos aqui a fazer é ir de encontro àquilo que o Tribunal de Contas nos diz: “Querem um empréstimo? Tem que ser assim”, e nós fazemos assim. É o que estamos a tratar aqui.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, em relação à questão das amortizações, há alguém que possa esclarecer a questão, ou não?” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Mas quer esclarecer?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Desculpe, eu estou fora do contexto porque...”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Eu compreendo, Senhora Presidente.-----

----- Eu, no final da minha intervenção...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não é necessário esclarecimento. O Senhor Presidente, diz que não é necessário.” --

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Não? Então entregaremos um requerimento para obter o esclarecimento.-----

----- Porque aqui, quem diz se é necessário esclarecimento ou não, ainda são os Deputados, não é o Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tanto quanto eu entendi (eu não estive aqui durante uns minutos) a Senhora queria dar um esclarecimento ao Senhor Presidente?”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Não, Senhora Presidente.-----

----- Eu, coloquei uma questão durante a minha intervenção, que não foi respondida. E, portanto, existindo, como o Senhor Presidente disse, um técnico na sala, questionei se era possível responder ou não à questão técnica. -----

----- Se não é possível, entregaremos um Requerimento. Porque, como eu bem disse, ainda são os Deputados que dizem se precisam ou não de ser esclarecidos.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, com certeza. -----

----- E, portanto, a Senhora fará o Requerimento...”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Já foi respondido. Foi respondido a tudo.-----

-----Se há alguma dúvida, façam o favor de pôr por escrito e a Câmara Municipal depois responderá.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Põe por escrito, se faz favor.” -----

4.2.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Salvador António Martins Bastos Costeira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com seis votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

abstenções, sendo três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Maria da Glória Fernandes Sarmento) e duas da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro). -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 115/2023**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 759/2023 – DFP – PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO CELEBRADO NO ÂMBITO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL NA JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e cinquenta e nove barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número setenta e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em seis de setembro, e deliberou por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com seis votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com cinco abstenções, sendo três do Partido Social Democrata e duas da Coligação Democrática Unitária, aprovar a autorização para a formalização do Primeiro Aditamento ao Contrato de Empréstimo bem como a autorização da assunção de compromissos

plurianuais, ajustados ao novo plano de pagamentos, referente ao serviço da dívida do empréstimo, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----INTERVALO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -- -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 673/2023 – DMOTDU/DPERU/DRU – relativa ao P.º 25/DRU/2022 – “Regularização do troço a céu aberto da Ribeira de Algés” – Reprogramação Financeira da Empreitada (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Nós CDU, estamos de acordo com tudo o que seja para melhoramentos, principalmente da Ribeira de Algés. -----

-----Agora, deixamos aqui algumas dúvidas que é o seguinte: Será que quanto mais a Ribeira for encanada... isso não irá causar problemas na Baixa de Algés? Esta é uma dúvida que deixamos aqui. -----

-----Nós soubemos o que aconteceu, há cerca de um ano (vai fazer em dezembro). Há coisa de quinze dias, não foi nada como foi há um ano, mas mesmo assim, a baixa de Algés teve caves inundadas. - -----

-----As melhorias, neste troço, estamos de acordo, agora isso pode é causar um caudal maior, e que depois a Baixa de Algés venha a ter os seus prejuízos.-----

-----Acho que já era altura de a Câmara, e propriamente o Governo (que a gente sabe que isto não é um problema só da Câmara) da resolução da Ribeira de Algés, para terminarmos uma vez por todas com esta situação.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte: -----

----- “Na Assembleia Municipal do dia vinte e um de março, fiz em nome do Partido Socialista, uma declaração política acerca das Ribeiras de Algés e Outurela. Na ocasião afirmei: “Não é aceitável que a secção da Ribeira de Algés, entre o Largo Comandante Augusto Madureira e a rotunda de Algés, persista com o estrangulamento atual por mais tempo. Como não é tolerável que da linha ferroviária até desembocar no Tejo, a Ribeira corra por duas condutas estreitas e assoreada incapazes de escoar, e com frequente retorno. Estas são as obras essenciais que têm de ser feitas, sem mais delongas, e na união de esforços entre Autarquia e Administração Central”. No debate que se seguiu, alertei para o descolamento da laje debaixo da Estrada de São Marçal, que abateu, para a existência de uma extensão considerável geotêxtil num leito junto a Miraflores, para a quantidade de pedras, sedimentos, troncos, arbustos, a obstruir o caudal da Ribeira de Algés.

----- Admito que aos dias de hoje, o geotêxtil tenha sido retirado e que o leito tenha sido entretanto limpo, mas desconfio que na Outurela, a laje da Estrada de São Marçal esteja exatamente na mesma como há seis meses.-----

----- Senhora Presidente, debatemos hoje a proposta número seiscientos e setenta e três, de dois mil e vinte e três, relativa à regularização do troço a céu aberto da Ribeira de Algés, a norte da Rua Conde de Rio Maior, em Algés. Trata-se de um troço que já sofreu uma primeira intervenção na margem direita, junto ao Quintalão, como se vê nesta fotografia, e que agora se complementa, quer na margem esquerda, quer no restante troço, até voltar a entrar em conduta, precisamente por baixo da Rua Conde de Rio Maior e do Largo Comandante Augusto Madureira, como se vê nesta segunda fotografia. -----

----- Percebe-se que a Câmara Municipal queira mostrar serviço e por conseguinte, avance com a empreitada que hoje discutimos. Contudo, lamento dizê-lo, esta não é obra essencial. Mais grave, a haver novas inundações como as de dezembro passado, os quinhentos e vinte mil euros mais iva, desta empreitada serão deitados à rua, porque uma parte significativa da intervenção será

danificada pela força das águas. Esperar-se-ia que a prioridade da Câmara Municipal estivesse, quer na mitigação do desnível existente no final do troço que agora se propõe intervir, quer no alargamento do caneiro entre o Largo Comandante Augusto Madureira e a rotunda de Algés, e na construção de bacias de retenção a montante, para mitigar os fluxos das águas pluviais, que se deslocam para a Baixa de Algés. Como se esperaria que a Câmara Municipal pressionasse a Administração Central e a APA, para realizar urgentemente o alargamento da Ribeira a jusante entre a linha férrea e a sua foz no Rio Tejo, junto à Avenida Doutor Alfredo Magalhães Ramalho.

-----Infelizmente, esta proposta começa pelo fim, e evidencia uma outra prioridade que se prende mais com o embelezamento da paisagem e do tecido urbano do que com a resolução dos problemas que ameaçam a segurança das pessoas e bens.”-----

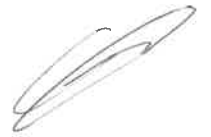
-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Apenas para relembrar que, independentemente de todas as considerações que aqui possam ser feitas sobre a obra em concreto, e que são obviamente sempre muito bem-vindas, o que está aqui em causa é a reprogramação financeira, de uma obra que estava prevista orçamentalmente ser realizada no ano de dois mil e vinte e três, e por razões que têm a ver com o procedimento de contratação pública, sofreu algum atraso e tem, obviamente que ser reprogramada para os anos de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro. É isso que está aqui em questão, não está aqui em causa a obra em si, isso já foi objeto de outra análise e foi decidido em sede de Câmara Municipal. Portanto, incumbe a esta Assembleia aprovar, ou não aprovar, a reprogramação financeira. - -----

-----Obviamente, que gostaríamos que a obra tivesse sido feita ainda no decurso de dois mil e vinte e três, mas atendendo às circunstâncias, o importante é que a obra se faça e obviamente, não estamos contra, pelo contrário, a reprogramação financeira que nos é aqui pedida.” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** disse o seguinte: -----

-----“Como acabou de referir o Senhor Deputado António Moita (IN-OV), aquilo que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara nos traz aqui hoje é a reprogramação financeira de uma empreitada que diz respeito a intervenções na Ribeira de Algés. Se para esta Assembleia, isto é quase que um simples ato administrativo, para a maioria dos algesinos que nos assistem lá em casa, não é. E não é porque em pleno verão, Algés voltou a conhecer um problema de cheias. -----

----- De facto, esta é uma situação que deve preocupar o Município, na medida em que a Baixa de Algés é talvez a localização do nosso Concelho que mais tem sofrido, que mais tem sido fustigada com estas intempéries, nós estamos no mês de setembro, o ano passado assistimos aos episódios que já discutimos aqui longamente, das cheias na Baixa de Algés, e, portanto, estamos de acordo que a Câmara leve a cabo todas as intervenções que se mostrarem necessárias, para tentar minimizar os estragos que as intempéries possam trazer para a Baixa de Algés. -----

----- Por isso, eu queria deixar aqui duas questões ao Executivo. -----

----- A primeira questão, prende-se com o pedido de nos ser explicado se este desdobramento, desta reprogramação vai assegurar alguma acalmia nos tempos que se aproximam, de inverno e de possíveis novas intempéries?-----

----- E perguntar ao Senhor Presidente, porque vem a propósito deste tema se, de facto, há novidades relativamente ao projeto que a APA disse que iria desenvolver, relativamente ao alargamento da Ribeira a partir da linha férrea?-----

----- Porque, de facto, apesar de isto ser um cumprimento, um requisito formal, para muitos daqueles que nos assistem é muito mais que isso. É a procura de soluções para invernos que têm sido terríveis, que levantam imensas preocupações e que trazem imensas limitações para tudo o que é a Baixa de Algés. -----

----- Portanto, pedir ao Executivo que nos esclareça relativamente a estas duas questões.”-

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar, Senhoras e Senhores Deputados, eu gostaria de referir que a resolução do problema das cheias... Bom, primeiro uma nota: como sabem tem havido cheias um

pouco por todo o mundo, dramáticas, catastróficas, na Grécia, em Itália, na França. para não falar em África, na Líbia, no Brasil..., mas na Europa, os nossos parceiros... e interessante que eu tenho visto aquelas reportagens e, digamos que o responsável por tal situação são os fenómenos relativos às alterações climáticas. Aqui Oeiras não tem a ver com as alterações climáticas, aqui em Oeiras é o Isaltino e a Câmara Municipal que são responsáveis pela chuva, pelo excesso de chuva, é uma coisa extraordinária. -----

-----Depois, temos aqui muitos achadores, toda a gente acha que é assim, que é assado, etc. Não dizem assim “ouçam os cientistas a propósito das alterações climáticas”. Ora bem, aqui ouçam os técnicos. -----

-----O Senhor Deputado da CDU já estava a dizer que, o facto de a Ribeira estar encanada é que provoca inundações, e, portanto, a obra que se está a fazer, esta obra que está aqui agora em causa, a reprogramação financeira que não vai resolver nada. Bom, a verdade é esta, não é o que os técnicos dizem, os técnicos dizem que esta obra é importante fazer-se. E é importante fazer-se porque... não vai resolver o problema das cheias, nisso tem razão. Acontece que é uma obra que visa consolidar as margens da Ribeira, permitir algum transbordo antes de chegar ao Largo Augusto Madureira, porque tem ali um terreno ainda significativo e até se está a pensar eventualmente, afundar um bocadinho o terreno para permitir ali alguma água, durante algum período, mesmo que seja por segundos, é suficiente para evitar o transbordo. Mas é uma obra que vem na sequência das obras do Quintalão. -----

-----A Câmara Municipal comprou o terreno que era do Quintalão, e fez lá a obra que hoje se traduz no Quintalão, e estamos a negociar os outros terrenos, porque não são da Câmara, são privados. E, de acordo com os estudos feitos, chegou-se à conclusão que era fundamental resolver o problema da Ribeira, consolidar as margens, mas ficar numa espécie de escada em pirâmide para permitir o galgamento. -----

-----Ora bem, não é a resolução do problema. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Agora, fico surpreendido....Aí, Senhor Deputado da CDU, o problema... ou do Partido Comunista, desculpe eu não citar pelo nome, mas não fixei...Aníbal, exatamente, desculpe...Portanto, as obras não podem ser a olho, como calcula, por detrás disto há um parecer de um técnico de engenharia hidráulica, que é especialista nessa matéria e que, naturalmente, recomendou que se fizesse. -----

----- Por outro lado, é uma obra, digamos, como calcula, apadrinhada pela APA. -----

----- Agora o que me surpreende, é o Partido Socialista dar tiros no pé constantemente, é uma coisa extraordinária estes tiros no pé. -----

----- Eu diria que o Senhor Deputado Jorge Rato (PS)... fico muito contente, pronto, junte-se a mim..., mas eu não esperava que fosse tão objetivo e responsabilizasse desta maneira o Governo. Porque pelos vistos está escandalizado, não é tolerável, que a obra, o alargamento da secção da Ribeira entre o Largo Comandante Augusto Madureira e a foz, não é tolerável que não esteja feita, estou de acordo consigo, não é tolerável. Mas talvez, o Senhor Deputado tenha mais influência no Governo do que eu. De maneira que, eu até agora ainda não consegui. -----

----- Veja bem, há mais de vinte anos que eu ando a tentar que o Governo faça aquela obra. A Câmara já se disponibilizou até para participar em cinquenta por cento, o Estado reconhece que é uma obra da responsabilidade do Estado, é à Agência Portuguesa do Ambiente que lhe compete fazer. A Agência Portuguesa do Ambiente fez um projeto que, neste momento, está desatualizado, a última reunião que a APA teve comigo, no meu gabinete, foi a de que nos iria enviar o estudo prévio relativamente ao projeto, o estudo prévio atualizado, para depois podermos desenvolver ou o projeto ou um procedimento de conceção de construção para realizar a obra. Mas a APA ainda não mandou, estamos à espera. -----

----- De maneira que, se o Senhor Deputado diz que é intolerável, ou não é tolerável, estou inteiramente de acordo, faço minhas as suas palavras, não é tolerável... E depois, ainda há quem diga aí, que eu digo mal do Governo. Eu? Eu até só dou elogios ao Governo (naquilo que tenho

que dar). Por exemplo, na habitação, ao contrário do que muita gente diz, eu acho que na habitação o Governo está a fazer um esforço extraordinário (não com o pacote da habitação, porque o pacote da habitação eu sempre disse que não ia funcionar), mas algumas áreas do pacote da habitação são extraordinárias, e na construção nova eu identifico-me perfeitamente com este Governo. Agora, o que é estranho, é serem os próprios socialistas a dizer isso, de maneira que muito bem. -----

-----Para pressionar mais a APA, só há uma solução, é fazer uns outdoors, a negro, colocá-los ali em Algés e dizer que o Governo ou a APA, não estão a corresponder áquilo que são as expectativas dos cidadãos. Mas eu não queria ir por aí, eu ainda mantenho a esperança de diálogo com o Ministério do Ambiente. Mas admito, que se a bancada do Partido Socialista, se disponibilizar até, para ir comigo ter uma reunião com o Ministro, eu ficaria muito satisfeito. Pode ser que a bancada do Partido Socialista tenha mais influência do que eu tenho. -----

-----Agora, o que eu quero dizer é que neste momento, estamos a aguardar que a APA cumpra aquilo que prometeu à Câmara. Isto é, que envie o estudo prévio para nós podermos dar andamento. -----

-----Portanto, é intolerável que não se faça a obra? É intolerável.-----

-----Quanto aos quinhentos mil euros deitados à rua, não, nada é deitado à rua. Porque, por exemplo, na sequência dos problemas que estarão na base do transbordo da Ribeira de Algés, são vários:-----

-----Primeiro (e principal) – Incapacidade da secção da Ribeira acolher o caudal em momentos de cheia de ponta; -----

-----Segundo – Dificuldade acrescida no caso de haver um caudal de ponta e, ao mesmo tempo coincidir com maré-cheia (que naturalmente gera refluxos); -----

-----Terceiro ponto a acrescer a esta situação – o facto de a secção da Ribeira, entre a antiga Praça de Touros e o caminho de ferro estar alargado, mas não estar depois do caminho de ferro até à foz. E isso faz com que chegue ali e haja refluxo (que se nota numa caixa de visita que está no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

terminal rodoviário e que quando vem excesso de água pela Ribeira, salta a tampa da caixa de visita e, naturalmente que há transbordo da água que vai para a Rua Major Afonso Palla, a que acresce a água que vem do Restelo, por ali fora). -----

----- Este são aspetos estruturantes, que provocam, naturalmente, o colapso da Ribeira de Algés, e que termina em transbordo. -----

----- Obviamente, que o ideal é fazer uma obra de vez: investir os trinta milhões de euros que é necessário investir, e fazer a obra estrutural de uma vez. Mas como o próprio Governo e a APA, dizem ter dificuldades em angariar recursos financeiros necessários, já considerámos na última reunião que tivemos, que era muito importante resolver o problema da foz, do terminal, para quê? Para impedir, pelo menos, ou evitar o tal refluxo, porque estão a ver o que é: tem uma secção, por exemplo, com quatro metros de diâmetro, depois de repente tem uma secção com oito metros de diâmetro, durante cem ou duzentos metros, e depois volta a ter uma secção com quatro metros de diâmetro. Naturalmente que não pode funcionar. E, portanto, da foz para montante, de jusante para montante, ir resolvendo. Até porque, onde a secção deve ser maior, é justamente a jusante. Com certeza, que no início da Ribeira, por exemplo, onde a Ribeira nasce, ou se gera a bacia hidrográfica, naturalmente que é menor, e depois tem que ir alargando à medida que vai recolhendo águas. É isto que está combinado com a APA. -----

----- Agora, estas obras concretas que estão a ser feitas, são semelhantes às que vamos fazer, instalando uma bomba na zona da Rua Major Afonso Palla, são medidas minimizadoras. Enquanto a secção da Ribeira não é alargada, até ao fim deste mês, iremos ter instaladas comportas nas principais lojas, nos principais edifícios, para evitar, justamente, o alagamento desses estabelecimentos, e minimizar os prejuízos que podem ser provocados. -----

----- Por outro lado, ao mesmo tempo, foram feitas vistorias à Ribeira... Por exemplo, ontem iniciou-se o processo de desassoreamento da Ribeira, a partir da foz. Considerando o grau de desassoreamento da Ribeira, que a Ribeira tem, pode ser que o desassoreamento (e se fizerem

um desassoreamento contínuo, como se faz na zona da junça) pode ser que alivie ou que minimize substancialmente o efeito das cheias. Vamos ver, após este desassoreamento, qual é o comportamento da Ribeira.-----

-----Agora seja qual for o comportamento, obviamente que a solução passa pelo (como já está diagnosticado há mais de vinte anos) ..., é alargar a secção da Ribeira para o dobro.-----

-----Aí, muito bem, faço minhas as vossas palavras.-----

-----Vamos ver se o Governo assume as suas responsabilidades, e rapidamente arranca com o projeto. -- -----

-----Reparem, mas mesmo o projeto... é claro que a APA também tem dificuldades, porque ao oferecer-se para nos mandar o estudo prévio, quer dizer que tem dificuldades em fazer o projeto de execução, ou arrancar com o projeto de concessão de construção. O que é provável (e a Câmara disponibilizou-se para isso) é haver um contrato-programa entre a Câmara e a APA, a Câmara Municipal assume a responsabilidade pela construção, e o financiamento será nos moldes em que for acordado.-----

-----Obviamente que, se a Câmara Municipal, há vários anos anda a dizer que estamos disponíveis para financiar ou participar a cinquenta por cento, participaremos a cinquenta por cento.-- -----

-----Agora, esta obra, cuja reprogramação financeira vem aqui, não tem nada a ver com a resolução do problema do transbordo das cheias no Largo Comandante Augusto Madureira. Tem a ver com a regularização de um troço da Ribeira... regularização que não é o mesmo que resolução do problema, ou do transbordo. Porque não vai impedir que a água chegue lá à embocadura.-----

-----De acordo com os trabalhos, ou de acordo com estudos deste projeto, também já se chegou à conclusão... Porque reparem, a solução muitas vezes para resolver um problema, é preciso conhecer o problema. É preciso que os técnicos tenham um conhecimento rigoroso do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comportamento, digamos assim, da situação da água, naquele caso...Recentemente, já se chegou à conclusão que a Ribeira vem do Quintalão e de repente tem uma grande queda, também já chegaram à conclusão que essa queda foi prevista... Oh Senhor Doutor, não me mostre, não vale a pena vir aqui fazer propaganda, porque só está a atacar o Governo, o Governo também conhece, eu conheço e a APA também, a APA também tem essas fotografias todas. Mostre à APA para ver se eles aceleram.... E, portanto, também chegaram à conclusão que, se essa queda há cinquenta ou cem anos fazia sentido, hoje, justamente pelo facto da secção da Ribeira não corresponder ao volume do caudal, que faz todo o sentido que a água adquira velocidade, antes de chegar à embocadura, de maneira que não caia com uma velocidade tal, que em vez de entrar na Ribeira, vai logo para a zona de cima da embocadura. Foi há pouco tempo que chegaram a essa conclusão.

----- Portanto, há de haver um estudo, e um projeto e uma obra, com certeza, para começar, a descida da água para a Ribeira a uns cem metros antes da embocadura. -----

----- Mas isto são trabalhos preparatórios, são trabalhos minimizadores, e esses a Câmara Municipal, sejam quinhentos mil euros ou sejam duzentos mil, a Câmara faz.-----

----- Nós também estamos a fazer, ou vamos fazer a obra de Tercena.-----

----- Em Tercena, a água rebenta ainda no território de Sintra, é do lado de lá do caminho de ferro que a água rebenta, transborda e vem depois pela estrada fora, e vai parar à rotunda das Seleções e ao mercado de Tercena. A Câmara Municipal vai fazer essa obra. Mas também não é da responsabilidade da Câmara, também é da responsabilidade do Estado. Só que ali, poe-se realmente um problema, tem outra dimensão, o Município de Sintra acha que não é um problema deles (esta é que é a realidade) e a Câmara Municipal de Oeiras, justamente porque está aqui, a jusante, tem que resolver o problema.-----

----- Eu registo com muito agrado as palavras do Senhor Deputado, e se me quiser acompanhar ao Ministro do Ambiente, terei muito gosto em que vá comigo, e que diga exatamente

isso: que para o Partido Socialista, à semelhança do que acontece para o IN-OV e para o Presidente da Câmara, é absolutamente intolerável uma situação destas.” -----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:-----

-----“Estamos disponíveis, como o afirmámos nas últimas discussões sobre a questão das inundações, para fazer tudo o que seja necessário, para ajudar o Município a resolver o problema que põe em causa a segurança e os bens dos munícipes de Oeiras. -----

-----E registo um dado, que agora foi transmitido que, de facto, nesta obra que está a ser feita, vai ser aumentada a inclinação para a embocadura de entrada...” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Não vai ainda nesta obra.” -----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) retomou a sua intervenção dizendo:-----

-----“Não vai ainda? Então pronto. Mais uma razão que estamos a fazer um trabalho que depois vai ter que ser alterado novamente...” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Não vai ser alterado nada. O Senhor Deputado está a falar do que não sabe. Se quiser nós informamo-lo. -----

-----O trabalho que está a ser feito, a empreitada que está em curso...Senhora Presidente, desculpe...tem a ver com uma empreitada de regularização da margem da Ribeira naquela zona, outra coisa é o rebaixamento do estuário da Ribeira, da base, para permitir uma entrada com mais velocidade da água na secção encanada, sem haver aquele refluxo imediato. É essa a questão.” --

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) retomou a sua intervenção dizendo:-----

-----“Estamos de acordo. Não é mesmo a prioridade número um que deveria estar a ser feita neste momento. -----

-----Depois, Senhor Presidente, não falou num troço que já antes tinha dito que a Câmara estava disponível para desenvolver, que é entre o Largo e precisamente a Praça de Touros, que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma obra que é tão essencial como depois a outra final...” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** continuou dizendo o seguinte:-----

----- “São essas duas, então. Mas não foi isso que foi dito na última reunião em que discutimos esta matéria, mas ok, tudo bem.-----

----- Senhor Presidente, de facto, isto é tão paisagístico que, na composição do júri, nós vemos: primeiro um arquiteto, segundo um arquiteto, terceira um arquiteto, primeiro suplente um arquiteto, e só depois é que vem o engenheiro, que eu ainda por cima nem sei se é especialista em hidráulica, mas, enfim. Portanto, estamos percebidos do que é que está em causa.-----

----- Finalmente para terminar (o meu tempo está mesmo a acabar, ou já acabou) dizer o seguinte: oh Senhor Presidente, não somos nós que achamos que o Senhor é que tem culpa da água aqui, até porque bem nos basta que Vossa Excelência se considere o Presidente de Câmara número um, São Pedro ainda não é.”-----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Salvador António Martins Bastos Costeira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e

Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com uma abstenção do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos). -----

-----Os Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 116/2023** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 673/2023 – DRU – P.º. 25/DRU/2022 –**
“REGULARIZAÇÃO DO TROÇO A CÉU ABERTO DA RIBEIRA DE ALGÉS” –
REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA EMPREITADA -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e setenta e três barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número sessenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de julho, e deliberou por maioria, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

trinta e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a reprogramação financeira da empreitada “Regularização do troço a céu aberto da Ribeira de Algés”, para os anos de dois mil e vinte três e dois mil e vinte e quatro, nos seguintes termos: ----

----- Dois mil e vinte e três - cento e oitenta e oito mil seiscentos e oitenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Dois mil e vinte e quatro - duzentos e quarenta e quatro mil e cinco euros e sessenta e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.3.1.1. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Gostaria de informar a Mesa, que o Grupo Político Evoluir Oeiras irá enviar uma Declaração de Voto por escrito.” -----

----- O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Declaração de Voto -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente este documento, contudo não poderia deixar de esclarecer algumas questões que nos parecem pertinentes e que devem ficar plasmadas na ata da reunião: A proposta que nos chega aqui à Assembleia refere-se apenas à

reprogramação financeira, e quanto a isso, nada temos a opor. Em relação à obra em si, consideramos que a mesma pode de facto trazer ligeiras melhorias no que toca aos fenómenos de cheias em Algés, contudo, entendemos que outras intervenções de fundo devem ser feitas quanto antes, conforme foi referido por outras forças políticas.”-----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 679/2023 – DMOGAH/DHM/DCH – relativa ao P.º 37/DPCHM/2022 – “NPH/02/DPCHM/2020 – Construção de Programa Habitacional do Parque da Junça, Linda-a-Velha” – Aprovação de Proposta para Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Salvador António Martins Bastos Costeira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e duas da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro). -----

----- Os Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual de dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 117/2023**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 679/2023 – DCH – P.º 37/DPCHM/2022 – “NPH/02/DPCHM/2020 – CONSTRUÇÃO DE PROGRAMA HABITACIONAL DO PARQUE DA JUNÇA, LINDA-A-VELHA” APROVAÇÃO DE PROPOSTA PARA REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e setenta e nove barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número sessenta e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de julho, e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo

Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e duas da Coligação Democrática Unitária, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação e compromisso, substituindo-se a programação financeira plurianual anteriormente aprovada pela proposta de deliberação número mil cento e trinta e oito, de dois mil e vinte e dois, de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, pela seguinte:-----

----- - Sem IVA:-----

-----Ano dois mil e vinte e três - um milhão quatrocentos e oitenta e oito mil quinhentos e noventa e nove euros e nove cêntimos; -----

-----Ano dois mil e vinte e quatro - um milhão novecentos e noventa e dois mil seiscentos e sessenta e oito euros e cinco cêntimos. -----

----- Com IVA:-----

-----Ano dois mil e vinte e três - um milhão quinhentos e setenta e sete mil novecentos e quinze euros e quatro cêntimos; -----

-----Ano dois mil e vinte e quatro - dois milhões cento e doze mil duzentos e vinte e oito euros e treze cêntimos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4.1.1. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Assim como na intervenção anterior, gostaria de informar de que vamos enviar uma Declaração de Voto por escrito.” -----

-----O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **“Declaração de Voto** -----
----- O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se nesta proposta, a principal razão prende-se com a génese do projeto e a política habitacional que tem sido seguida pelo executivo, e com a qual estamos em profundo desacordo, conforme espelhado na intervenção seguinte, relativa à proposta número cinco da ordem de trabalhos que também trata uma questão de uma empreitada de habitação pública.” -----

5.5. Apreciação da Proposta CMO N.º 681/2023 - DMOGAH/DHM/DCH – relativa ao P.º 21/DPCHM/2022 – “Empreitada de construção do empreendimento habitacional do Alto da Montanha-Carnaxide” – Aprovação da 1.ª Modificação Objetiva do Contrato – Trabalhos complementares resultantes de erros e omissões (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- **O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** disse o seguinte: -----
----- “Era precisamente a propósito desta proposta, seiscentos e oitenta e um/vinte e três, penso que na Ordem de Trabalhos se refere “Apreciação”, e não se trata de uma Apreciação, mas sim Apreciação e Votação da Proposta. -----

----- **Queria confirmar.**”-----
----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** continuou dizendo o seguinte:-----
----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. É mesmo votação” -----
----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Pois, deve ser, mas não é o que... É? Muito bem.-----

----- **Portanto, apreciação e votação.** -----
----- **Pergunto se alguém pretende intervir sobre este ponto? Não havendo intervenções... -**
----- **Senhor Deputado David Ferreira (EO), faça favor.**” -----

-----O Senhor Deputado David Ferreira (EO) observou o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----O Empreendimento Habitacional do Alto da Montanha em Carnaxide, chega a esta Assembleia para apreciação de um novo contrato ou um contrato reestruturado, isto porque, o empreiteiro reclamou a existência de erros e omissões no contrato de empreitada inicial. A discussão técnica chegou a uma conclusão, esses erros e omissões representam um acréscimo de cento e oitenta e seis mil euros no valor da obra, certamente lamentamos que isto tenha acontecido, mas ao ler a explicação técnica percebemos que de facto, temos um empreiteiro também legitimamente a tentar ao máximo a valorização da sua obra e daí a discrepância que existe entre o valor que será acrescentado e o valor que fora reclamado pelo empreiteiro. Mesmo assim, lamentamos que estes pormenores não tenham sido logo esclarecidos à priori.-----

-----Em relação à génese do empreendimento, uma discussão que é uma discussão menos técnica e mais política, porque de facto cabe a esta assembleia fazer essa discussão política, ao contrário do que muitas vezes a maioria prega. -----

-----Temos que sublinhar mais uma vez os aspetos que nos levaram a criticar este empreendimento, mais uma vez referir que se encontra em espaço da Estrutura Ecológica Nacional, que entra também em contradição com a Rede Ecológica Metropolitana prevista no Plano Regional de Ordenamento do Território. -----

-----Em causa estão áreas de forte importância de retenção e infiltração de águas. Ora, falamos de uma edificação perto do curso de água da Ribeira de Algés e acho que esta assembleia tem a obrigação de se debruçar sobre este debate. Refiro me mais uma vez às possíveis e eventuais cheias de Algés, às que aconteceram e principalmente àquelas que ainda estão por acontecer, infelizmente. Este empreendimento poderá contribuir também para o agravamento dos fenómenos de cheias a jusante deste mesmo empreendimento, e a jusante deste empreendimento temos a baixa de Algés. -- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Conclusão, este executivo tenta resolver esse problema, com propostas como as que aprovámos anteriormente, mas depois ao mesmo tempo agrava-o com mais construção, mais impermeabilização dos solos. Não é esta a estratégia de habitação pública que queremos, queremos uma via sustentável que garanta o acesso digno à habitação, mas essencialmente uma estratégia que não coloque o nosso futuro em risco. Não é de pensos rápidos que se tratam grandes feridas.

----- Queremos uma estratégia que não empurre as classes baixas para a periferia, enquanto ao mesmo tempo o executivo permite a edificação de grandes condomínios de luxo junto à costa, em antigos terrenos que pertenciam ao domínio público da Câmara. Este projeto que o executivo tem para nos governar tem apenas um nome e é “gentrificação”.

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Só para dizer que a periferia de Carnaxide e do Alto da Montanha... Quero dizer que estamos a fazer habitação de renda apoiada para famílias realmente carenciadas, que vão pagar rendas entre os oitos euros e os trezentos e cinquenta e do outro lado da rua, vão ser vendidos apartamentos a seiscentos mil euros. Apartamentos TDois. De maneira que se isto é periferia, o que é que é o centro? Por outro lado, não é verdade aquilo que o Senhor Deputado acabou de dizer, no que diz respeito à classificação do solo, porque na verdade está a chamar-nos incompetentes a todos: à Câmara, ao Governo, ao IHRU, às instituições do Estado que aprovaram aquele plano e, portanto, não se pode invocar legislação recente que pode ter aplicação na atualidade, mas que não tinha à data da aprovação daqueles instrumentos de gestão. E falar que se empurram os pobres para a periferia, vejam bem como isto soa a falso. Onde se vendem apartamentos a seiscentos mil euros e a Câmara Municipal vai instalar famílias carenciadas deste Concelho, acho que está tudo dito.

----- É aqui nesta matéria que nós temos que dizer: “quando quiserem atuar de outra maneira, ganhem as eleições”. Então aí podem realmente aplicar as vossas regras, podem dizer então que não há lugar para os pobres no Concelho, não há lugar para famílias carenciadas, não há

lugar para a classe média. Porque na realidade, o que estamos a falar, é quem é a favor de habitação pública e quem não é. Vamos lá ver, não se trata de um capricho da Câmara Municipal. Esta é a primeira obra até financiada pelo IHRU, que está em construção num sítio privilegiado, num local privilegiado deste Concelho: Alto da Montanha, Carnaxide. Aliás, aqueles que estão contra a habitação, até dizem que aquilo é Serra de Carnaxide, para alguns a Serra de Carnaxide começa ali no Largo Comandante Augusto Madureira. Vai por ali fora e tudo aquilo é Serra de Carnaxide.

-----Portanto, é bom este tipo de intervenção, que é para se saber quem de facto está seriamente interessado em resolver o problema da habitação para as pessoas que precisam, para as famílias carenciadas, para a classe média. Quem é que está interessado e quem não está. Para quem não está, tudo é pretexto para dizer mal, para desfazer. Não se faz ali, vai-se fazer aonde? Vamos lá ver... Ali é periferia, então onde é que não é periferia? Vamos construir em cima do Tejo? Aqui na Marginal? Vamos lá ver, vamos atuar com um mínimo de seriedade. É claro que é-se contra a habitação pública, mas o que é interessante, é que ao mesmo tempo fazem-se discursos dizendo que: “a habitação pública... mais habitação pública...”. Mas mais habitação pública aonde? No terreno. Até recomendo a leitura do próximo boletim da Câmara, o próximo Oeiras Atual, que vai trazer uma fotografia lindíssima de betão. São oito ou nove pisos de betão acima do solo e mais três de betão abaixo do solo, porque tem no rés-do-chão uma área de seiscentos metros quadrados que pode ser destinado a um supermercado, e depois tem mais dois lugares de estacionamento, num bairro municipal, num prédio municipal. Depois em cima tem um betão maravilhoso, onde vão ser instaladas sessenta e quatro famílias, que de outra forma não teriam casas. Vamos lá ver, é disto que estamos a falar. Os cidadãos tenham a consciência de quem quer resolve o problema da habitação e quem não quer. É disto que estamos a falar, de resolver os problemas das famílias.

-----Muito obrigado.” -----

4.5. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a que foi aprovada por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Salvador António Martins Bastos Costeira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com seis abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), duas da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro) e uma do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos). -----

----- Os Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras não estavam presentes na altura

da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 118/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 681/2023 – DCH – P.º. 21/DPCHM/2022 –
“EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DO
ALTO DA MONTANHA-CARNAXIDE” – APROVAÇÃO DA 1º MODIFICAÇÃO
OBJETIVA DO CONTRATO – TRABALHOS COMPLEMENTARES RESULTANTES
DE ERROS E OMISSÕES**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e oitenta e um barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número sessenta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de julho, e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com seis abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, duas da Coligação Democrática Unitária e uma do Partido Chega, aprovar os trabalhos complementares decorrentes de erros e omissões do projeto, de responsabilidade do dono de obra/Município, no montante de cento e oitenta e seis mil novecentos e vinte e dois euros e trinta cêntimos, a qual deve ser acrescido de IVA à taxa legal em vigor correspondendo a erros, no montante de cento e cinquenta e dois mil setecentos e quarenta e quatro euros e vinte e seis cêntimos e omissões, no montante de trinta e quatro mil cento e setenta e oito euros e quatro cêntimos, a que deve ser acrescido o IVA à taxa legal em vigor.-----

-----Os trabalhos complementares serão realizados no decurso da empreitada, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

distribuição no ano de dois mil e vinte e três, no montante de cem mil euros e no ano de dois mil e vinte e quatro, no montante de noventa e oito mil cento e trinta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos, valores que já incorporam o IVA à taxa legal em vigor, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 686/2023 – DMEDSC/DDS/DD – relativa ao Aditamento à Proposta de Deliberação N.º 319/2023 – Atribuição de apoio financeiro, a título de patrocínio desportivo, à Native Warriors, Unipessoal, Lda., para organização dos eventos desportivos “Ninja OCR Police Oeiras” e “Kids Race”, em 2023 – Isenção do pagamento de licenças (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) disse o seguinte: -----

----- “Pelo terceiro ano consecutivo, é submetida a esta assembleia uma proposta de deliberação relativa a um evento desportivo de aventura, denominado “Obstacle Course Racing” promovido pela Native Warriors. -----

----- Queremos destacar que a Kids Race corrida de obstáculos - challenge, integrada na Tejo Kids, decorreu no Jamor, para crianças entre os seis e doze anos, e que é de acesso gratuito.

----- A proposta de deliberação indica que na edição de dois mil e vinte e dois da Ninja OCR Police Oeiras contou com a participação de trezentos atletas, mas a verdade é que na edição de dois mil e vinte e um participaram quatrocentos atletas, ou seja, verificou-se uma redução de um quarto de participantes. Será por essa razão, que este ano o promotor apresenta uma vertente de experimentação, aberta ao público em geral? -----

----- A verdade é que não está claro para o Partido Socialista o real impacto desta prática desportiva junto da população de Oeiras.-----

-----Por isso solicitamos uma apresentação dos relatórios das atividades/eventos ocorridos, para que esta assembleia possa ter a informação sobre os impactos e o retorno para o Município e para os nossos munícipes, dos apoios e isenções concedidas ao promotor. -----

-----Finalmente dizer, que desta feita, a proposta de deliberação está cabalmente instruída com a indicação do valor da isenção das taxas e licenças camarárias, tal como foi por nós referido na assembleia de dezasseis de maio, pelo meu camarada Jorge Rato (PS), estimadas em três mil oitocentos e noventa e cinco euros e vinte e sete cêntimos. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Avaliamos e votamos hoje a proposta de isenção de taxas à empresa Native Warriors, Unipessoal, Lda., para a organização dos eventos desportivos “Ninja OCR Police Oeiras” e “Kids Race” dois mil e vinte e três. -----

-----É esta entidade privada com sede em Braga que é detentora da marca OCR Challenge em Portugal e para a realização destes eventos, o Município concedeu já o apoio de vinte mil novecentos e dez mil euros mais o apoio logístico. Cabe a esta Assembleia votar o apoio adicional referente à isenção de taxas. -----

-----Estarão certamente recordados de que se trata de uma proposta que, tendo vindo à Assembleia Municipal, foi retirada por não estar corretamente instruída. Em maio questionámos qual era o valor que estávamos a isentar ou um cálculo aproximado da isenção com base nos anos anteriores para que tivéssemos, pelo menos, um valor de comparação. Ora, a proposta acabou por então ser retirada e volta agora a esta Assembleia já retificada, já com o valor que, afinal podia ter sido calculado na altura e que é então estimada em três mil oitocentos e noventa e cinco ponto vinte e sete e é essa parte apenas que estamos aqui a votar nesta Assembleia. -----

-----No entanto, colocámos algumas questões já nessa Assembleia em maio e essas questões continuam por esclarecer e, portanto, eu vou voltar a colocá-las. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É nosso entendimento que este tipo de apoios não deve ser analisado avulso quando, por exemplo, as associações do Concelho que têm de submeter os seus pedidos de apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio do Associativismo Desportivo de Oeiras, competindo entre associações, porque é que esta associação tem este carácter excecional? Já questionámos em maio e voltamos a questionar agora. -----

----- A segunda questão: Esta entidade já recebeu apoios do Município, como eu disse anteriormente, e isenção de taxas votadas nesta Assembleia nos últimos dois anos. Até à data, nunca foi disponibilizado qualquer relatório sobre as atividades desenvolvidas e financiadas em dois mil e vinte e um e em dois mil e vinte e dois, porque razão nunca foi pedido este relatório a entidade financiada? Como se continuam a financiar atividades logísticas, taxas, sem que os respetivos relatórios de atividades sejam entregues e lembramos que para as associações desportivas estes documentos são de entrega obrigatória. Já questionámos em maio, voltamos a questionar hoje. -----

----- Terceiro: Falta ainda o documento de registo de central de beneficiários efetivos que já faltava em maio e continua também a faltar hoje. -----

----- Terminamos a nossa intervenção requerendo que sejam entregues a esta Assembleia, estes relatórios que mencionei, os relatórios de atividades financiadas por esta entidade em dois mil e vinte e um, em dois mil e vinte e dois e posteriormente em dois mil e vinte e três, estas que estamos hoje aqui a votar. Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Não sei se a Câmara quer fazer alguma intervenção?” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte: -----

----- “Está tudo tão bem explicado, que eu não tenho nada a dizer.” -----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com quatro abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e uma da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro), e com dois votos contra, sendo um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos).-----

-----Os Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Martins Caro e Salvador António Martins Bastos Costeira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e António Fazenda Coimbra, da Coligação Democrática Unitária, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 119/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 686/2023 – DD – ADITAMENTO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 319/2023 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, A TÍTULO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO, À NATIVE WARRIORS, UNIPESSOAL, LDA, PARA ORGANIZAÇÃO DOS EVENTOS DESPORTIVOS “NINJA OCR POLICE OEIRAS” E “KIDS RACE”, EM 2023** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e oitenta e seis barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número setenta e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de julho, e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com quatro abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma da Coligação Democrática Unitária, e com dois votos contra, sendo um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Chega, aprovar a isenção do pagamento das licenças camarárias à promotora Native Warriors, Unipessoal, Limitada, estimadas em três mil oitocentos e noventa e cinco euros e vinte e sete cêntimos para a realização da Ninja OCR Police Oeiras e da Kids Race, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da

ata.” -----

4.6.1.1. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Senhora Presidente, só para dizer que vou entregar uma Declaração de Voto por escrito. -----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, vinte e quatro horas e uma intervenção com tempo limitado.” ---

-----A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) fez chegar a Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve:-----

-----“As taxas são um instrumento financeiro com grande flexibilidade, que as autarquias portuguesas podem criar, abolir e adequar às suas necessidades com grande rapidez e quase com inteira liberdade de manobra, o que não acontece com os impostos, mesmo quando estes são da titularidade das autarquias. -----

-----A vontade do executivo em apoiar determinadas iniciativas porque as considera de especial interesse para o município, está salvaguardada pelo apoio logístico e financeiro que o executivo decide dar e que, em muitas situações, ascendem a centenas de milhares de euros. ----

-----Na prática, assistimos a uma política assente única e exclusivamente na vontade discricionária do Executivo, que demonstra de forma inequívoca que apenas alguns são isentos, enquanto todos os outros têm de pagar as taxas, ficando os promotores dependentes apenas da vontade do executivo sem qualquer hipótese de terem todos eles um tratamento igualitário.-----

-----Como tal, não nos resta alternativa senão votar contra esta proposta de isenção de taxas.” -----

4.7. Apreciação da Proposta CMO N.º 708/2023 – GMA – relativa ao Relatório e Contas 2022 da EIA – Ensino, investigação e Administração, S.A. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Foi distribuído, portanto foi feito pela Comissão de Economia e Finanças um parecer sobre este ponto.-----

----- Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), também foi ela que fez o parecer, por isso, faça favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais um... Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Começar por dizer que de facto a Comissão de Economia analisou este Relatório e Contas e voltámos a ter um “bocadinho” a noção daquilo que faz a EIA, aquilo que é uma das universidades que está situada no nosso Concelho e aquilo que efetivamente traz na área do ensino para Oeiras.-----

----- De facto, a EIA está localizada em Oeiras, na Fábrica da Pólvora e detém um capital social de seiscentos mil euros, dos quais a Câmara Municipal de Oeiras detém uma quota de dois pontos oitenta e cinco por cento.-----

----- No que diz respeito às contas apresentadas, o ano de dois mil e vinte e dois revelou-se um ano muito exigente e rigoroso, pois foram sentidos os impactos da pressão inflacionária criada pelo contágio dos preços da energia, serviços e outros bens, bem como o aumento dos preços nos bens alimentares o que necessariamente conduz a uma redução do poder de compra dos agregados familiares, afetando a recuperação do consumo privado e, naturalmente, as empresas acabam por adiar as decisões de investimento.-----

----- São ainda sentidos, conforme se viu neste relatório de contas do ano de dois mil e vinte e dois, alguns impactos da pandemia da COVID-Dezanove em algumas das licenciaturas. De facto, a pandemia obrigou a alguns ajustes ao nível de calendários letivos e de estágios, com alterações enormes em algumas das licenciaturas, nomeadamente enfermagem.-----

----- O ano de dois mil e vinte e dois exigiu, de facto, um esforço financeiro com pessoal

docente para a Licenciatura de Enfermagem, para o novo curso de Engenharia Mecânica que foi, entretanto, acreditado e para fazer face ao enorme crescimento do número de alunos em Fisioterapia.-----

-----A evolução dos Gastos com o Pessoal traduz, segundo consta do relatório, um aumento de dezassete por cento em relação ao exercício de dois mil e vinte e um, totalizando cerca de três milhões e setenta mil euros.-----

-----Contudo, e não obstante os constrangimentos verificados, a EIA acabou por obter um resultado positivo em dois mil e vinte e dois.-----

-----A evolução de um ponto de vista geral é positiva devendo-se em grande parte à forte aposta nos estudantes estrangeiros e internacionais, com o reforço das práticas da internacionalização como valor irrefutável do desenvolvimento do ensino privado (superior privado, naturalmente). Manteve-se o objetivo de aumentar as parcerias estrangeiras e a captação de novos alunos internacionais, com foco em países africanos, latino americanos, europeus e asiáticos.-----

-----Estabeleceram-se parcerias com várias universidades no âmbito de alguns projetos europeus financiados.-----

-----Mas também se dedicou um esforço às políticas estratégicas internas para a retenção dos estudantes e para o sucesso académico, aumentando a eficiência educativa e contribuindo para o propósito e missão das duas Instituições de Ensino Superior da EIA (Atlântica e ESSATLA).--

-----Constata-se que continua a ser levado a cabo um forte investimento na investigação e também na formação com destaque para a continuidade no crescimento de projetos europeus financiados como ainda há pouco disse.-----

-----A EIA tem também procurado estimular a divulgação da sua oferta educativa com participação em eventos vocacionados a futuros alunos do ensino superior, alunos de mestrados e pós-graduações nomeadamente em feiras, festivais, conferências, seminários e Webinares.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A EIA tem participado ativamente em iniciativas promovidas e desenvolvidas pela Câmara Municipal de Oeiras. A relação próxima com o Município de Oeiras faz com que a EIA, numa perspetiva de responsabilidade social corporativa seja chamada a marcar presença na vida do Concelho o que desde já destacamos e saudamos. -----

----- A empresa obteve um Resultado do Exercício positivo na ordem dos setecentos e quarenta e oito mil euros. -----

----- Em termos financeiros a empresa detém um total de Ativo da ordem dos dois milhões e oitocentos mil euros, superior ao de dois mil e vinte e um em cerca de vinte e oito por cento, aumento esse expresso em Caixa e Depósitos Bancários.-----

----- O Capital Próprio cifrava-se, a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, em cerca de um milhão duzentos e noventa e dois mil euros, o que representa uma Autonomia Financeira muito aceitável. -----

----- Não há nada a assinalar quanto à Certificação Legal de Contas, a qual concluiu considerar que as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira da EIA, bem como o seu desempenho financeiro e de fluxos de caixa, tendo o Relatório de Gestão sido preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares, não havendo por isso quaisquer incorreções imateriais. -----

----- Para terminar, chamar a atenção para alguns aspetos que repetidamente em sede de pareceres emitidos pela Comissão de Economia têm sido trazidos à colação e que convém destacar:

----- Continua a inexistir referências ao Plano de Atividades que permitam avaliar o grau de cumprimento dos objetivos;-----

----- Inexistem referências ao Orçamento que permita avaliar o grau de cumprimento das metas traçadas, ou seja, dados comparativos para que possamos interpretar a evolução da atividade.

----- Com o aumento da dificuldade dos alunos em cumprirem as suas obrigações financeiras, (o valor global da dívida por parte dos alunos e outros, à data de trinta e um de

dezembro de dois mil e vinte e dois ronda os um milhão e quatrocentos e vinte e quatro mil euros), o que justifica uma reflexão sobre as medidas adequadas a inverter a situação, o que ainda não foi conseguido pelo Conselho de Administração apesar da contratação da empresa Intrum especializada em cobranças, que se inscreve em medidas de recuperação da mesma. -----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Em dois mil e vinte e dois a EIA, S.A. revela uma melhoria dos indicadores de atividade, de gestão, de tesouraria e da sua posição financeira quer ao nível do desempenho, quer ao nível da sua posição financeira, apesar das dificuldades decorrentes, já aqui ditas, da pandemia, da guerra e das suas consequências económicas e sociais. -----

-----No entanto, referir que o volume de negócios aumentou vinte e oito por cento e o resultado líquido do exercício de cerca de seiscentos e vinte e um por cento em relação a dois mil e vinte e um. -----

-----Sendo o ano de dois mil e vinte e dois um ano de viragem, fruto também de uma clara aposta na internacionalização, mormente nos estudantes estrangeiros, nas parcerias internacionais e nos projetos europeus financiados.-----

-----A assinalar o esforço financeiro com pessoal docente, quer no reforço da Licenciatura de Enfermagem, quer na abertura do Curso de Engenharia Mecânica. -----

-----O número de alunos inscritos em Licenciaturas aumentou relativamente ao ano anterior em cerca de cento e cinquenta alunos. Nos mestrados e pós-graduações também se verifica uma variação favorável dos alunos inscritos, passando de duzentos e setenta e quatro para duzentos e noventa e seis. -----

-----O investimento na internacionalização de resto é uma prática levada a cabo quer no ensino público quer no privado, acreditando que será este o futuro do ensino globalmente falando até. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Desta forma, compreende-se o objetivo de aumentar o número de parcerias estrangeiras, de captar um maior número de estudantes de outros países, verificando-se a entrada na Atlântica e Escola Superior de Saúde Atlântica (ESSATLA) de quatrocentos e cinquenta estudantes de nacionalidade estrangeira. -----

----- A par das estratégias de internacionalização, das parcerias internacionais e destes projetos europeus a Câmara Municipal de Oeiras, na linha de aposta clara na educação e no apoio às instituições de ensino, entendeu que deveria continuar a dar as condições à universidade, apoiando-a e não desistindo, dando espaço, assim, para que a universidade ultrapassasse, como se vê, muitas das dificuldades e constrangimentos que tinha, permitindo o crescimento assinalável que hoje observamos. -----

----- Oeiras é um território onde todos, independentemente das origens, podem desenvolver as suas potencialidades e para tal contribuem e convergem as políticas educativas, os estabelecimentos de ensino público e privado que apostam num território onde a educação é senão a maior bandeira é pelo menos o maior desafio do Município de Oeiras. -----

----- Oeiras tem uma agenda concertada entre instituições científicas, as empresas, as escolas e os cidadãos do Concelho. -----

----- Desenvolve uma cumplicidade geo-social envolvente convocando todos os agentes educativos, cria um ecossistema educacional na educação, na inovação e isso tem permanecido inalterável quer no volume, quer na velocidade. -----

----- Uma universidade privada como sabem, move-se num terreno de risco e numa aposta na qualidade senão não sobrevive e a Câmara Municipal de Oeiras posiciona-se como um parceiro coeso e fiável. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Mais algum Senhor Deputado pretende usar da palavra sobre este ponto? -----

-----Não tem votação, é somente apreciação. A apreciação está feita.” -----

-----**APRECIADA** -----

4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 751/2023 – DMEDSC/DDS/UGPS – relativa ao Apoio financeiro à manutenção dos Postos de Enfermagem de Barcarena, Leceia, Queluz de Baixo, Caxias e Queijas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“É um ponto que já temos falado, todos os anos é o mesmo. Não sei se alguém pretende usar da palavra?” -----

-----O Senhor Deputado António Coimbra (CDU) disse o seguinte: -----

-----“A CDU vai votar favoravelmente este ponto. No entanto, gostávamos de dizer o seguinte:--- -----

-----As razões que levam a Câmara Municipal a apoiar estes postos de enfermagem estão bem claros no documento, que nos é distribuído e que diz o seguinte (os motivos): -----

-----Crescente envelhecimento populacional; -----

-----Contextos territoriais marcados por uma relevante vulnerabilidade socioeconómica; -

-----Dificuldade de resposta das estruturas de saúde da Administração Central que, de forma acrescida, cobrem de forma desigual o território.-----

-----Por aquilo que nos é dado ver, a afluência no Posto de Enfermagem de Queijas é bem significativa. Significativo também é o aumento populacional de Queijas e de Linda-a-Pastora e isto vem evidenciar que o velho desejo da população desta freguesia em ter um centro de saúde é justo. Obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra? Não sei se o Senhor Presidente da Câmara pretende usar da palavra? Posso passar à votação?” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.8.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Salvador António Martins Bastos Costeira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita

Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 120/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 751/2023 – UGPS – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE ENFERMAGEM DE BARCARENA, LECEIA, QUELUZ DE BAIXO, CAXIAS E QUEIJAS** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e cinquenta e um barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número sessenta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em seis de setembro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de trinta e cinco mil e sessenta e sete euros e quarenta e três cêntimos, destinada a apoiar o funcionamento dos Postos de Enfermagem da Junta de Freguesia de Barcarena, da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, distribuída da seguinte forma:-

----- Posto de Enfermagem - Verba proposta -----

----- Junta de Freguesia de Barcarena - onze mil quatrocentos e sessenta e oito euros e vinte e nove cêntimos; -----

-----Caxias - nove mil quinhentos e noventa e nove euros e catorze cêntimos; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Queijas - catorze mil euros, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.9. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 758/2023 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa ao Processo das Uniãos de Freguesias e da Junta de Freguesia de Porto Salvo relativo ao funcionamento dos equipamentos de infância – 2.º Semestre de 2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Alguém pretende usar da palavra? Também é um assunto que já conhecemos bem. -

----- Vou, portanto, passar à votação.” -----

4.9.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Salvador António Martins Bastos Costeira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos

Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 121/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 758/2023 – DCS – PROCESSO DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DA JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO RELATIVO AO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE INFÂNCIA – 2º. SEMESTRE DE 2023**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e cinquenta e oito barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número setenta e quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em seis de setembro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, no montante global de duzentos e setenta e seis mil trezentos e sessenta euros, para a comparticipação nas despesas estimadas do segundo semestre de dois mil e vinte e três, com o pessoal afeto aos estabelecimentos de infância da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras e do Centro Social e Paroquial de Oeiras, repartidos da seguinte forma -----

----- Uniões e Junta de Freguesia - Valor semestral - Valor mensal a transferir: -----

----- União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo – setenta e seis mil e duzentos euros – doze mil e setecentos euros;-----

----- União das Freguesias de Carnaxide e Queijas – cento e três mil e quinhentos euros dezassete mil duzentos e cinquenta euros; -----

----- União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias – dois mil cento e sessenta euros – trezentos e sessenta euros;-----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo – noventa e quatro mil e quinhentos euros – quinze mil setecentos e cinquenta euros, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Chegámos ao fim do Período da Ordem do Dia.-----

----- Meus senhores, temos um munícipe que pediu para usar da palavra. Trata-se do Senhor

Pedro Henriques. O Senhor tem cinco minutos para fazer a sua intervenção. Os minutos serão controlados...” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

5.1. O Senhor Pedro Henriques, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Tentarei ser breve.-----

-----Muito boa tarde a todos. O meu nome é Pedro.-----

-----O assunto que me traz aqui é pessoal. Encontro-me desempregado desde agosto de dois mil e vinte e dois e fui autuado na rua onde eu moro, em Miraflores, pela Parques Tejo. -----

-----A história deve ser comum a muita gente. Recebemos o auto, vamos ao local de atendimento público, dizem-nos para fazer uma exposição, e na exposição apresentamos as nossas justificações. -----

-----A resposta geralmente é pouco conclusiva, não é concreta. Diz que teve em atenção aquilo que nós dissemos e depois repete o que estava no auto. Não diz se temos que pagar, não é assertiva. -- -----

-----Na minha exposição disse que não podia pagar porque estava desempregado e apresentei a minha inscrição no centro de emprego. Aleguei também que os lugares que estavam a ser fiscalizados, durante os últimos mais de dez anos não tinham tido fiscalização. Havia um entendimento tácito entre os moradores e os fiscais, que foi confirmado com várias conversas com os fiscais, em que aqueles dois lugares não eram fiscalizados, permitia-se lá o estacionamento sem qualquer problema, inclusive de carros que não eram autorizados a estacionar, não tinham dístico das ruas, para estacionar na Parques Tejo e de um momento para o outro, esse comportamento foi alterado. --- -----

-----Aquela rua, todos os prédios têm porteiros. Não houve uma palavra dos fiscais da Parques Tejo, não houve nada a indicar que o comportamento ia ser alterado. Um comportamento que, como eu disse, tem mais de dez anos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Então eu respondi ao meu auto, fiz uma exposição e pensei que o assunto tivesse ficado resolvido, porque a resposta não foi conclusiva. A resposta apenas repetiu aquilo que disse, e disse que tinha tido em atenção aquilo que eu tinha dito. Ora, se eu digo que não vou pagar e eles dizem que tiveram em atenção aquilo que eu tenho dito, eu parto do princípio que eu não tenho que pagar.

----- Agora na semana passada eu recebi outra carta, a indicar que eu não dei uma resposta. Achei piada que há uma brincadeira jurídica, talvez entre “resposta” e “exposição”, eu apresentei uma exposição, não apresentei uma resposta.-----

----- Voltei mais uma vez a ir aos serviços públicos e nos serviços públicos de atendimento, parece que há uma pessoa designada para estas situações, que trata das situações controversas, chamaram essa pessoa lá de dentro para vir ter comigo, e ela tem um sistema de atuação que é típico. É um técnico, repete continuamente a mesma “lengalenga” (o que está no auto): “o senhor estava em incumprimento”, “os factos são estes”. Eu insisti várias vezes, “eu sei que estava em incumprimento, mas eu apresentei as justificações para o meu incumprimento”. Ao fim de mais ou menos dez minutos, a pessoa disse que as minhas alegações, os meus argumentos tinham sido irrelevantes.-----

----- E este é o meu ponto. Eu aqui trago dois pontos. Um primeiro, pedir ao Executivo se é possível alguma intervenção no meu caso concreto, sei que tutela a Parques Tejo, uma empresa municipal, portanto tem autoridade sobre ela, penso eu.-----

----- A segunda é pedir a todas as pessoas presentes na Câmara para fazer uma fiscalização dos critérios de avaliação da Parques Tejo, para perdoar as dívidas. Se o critério social não é um critério plausível para perdoar uma dívida. Eu parece-me que sim. Se os critérios de direitos históricos, de um comportamento que é tido durante vários anos, se também não merece uma advertência ou ter uma atenção e perdoar a dívida.-----

----- Eu parei lá uma vez, apercebi-me que tinha sido... Não recebi a multa naquela altura (fui multado em setembro do ano passado), recebi o auto em fevereiro deste ano, mas percebi que

estava a ser autuado, aqueles carros que ali estavam. E então a partir daí deixei de estacionar lá, mas não percebi que tinha sido multado. Pronto, não quero tomar mais o vosso tempo. -----

-----Agradeço a vossa atenção e muito obrigado.”-----

5.2. O Senhor Presidente da C.M.O. observou o seguinte:-----

-----“Julgo que não foram propriamente postas questões. O problema do critério social para o perdão de multas não se pode aplicar, como é óbvio, mas nós vamos analisar a intervenção e ser-lhe-á dada uma resposta por escrito, está bem? -----

-----Muito obrigado.”-----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu a reunião, dizendo o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Não havendo mais intervenções, damos por encerrada esta nossa reunião. Encontramo-nos de hoje a uma semana. -----

-----Uma boa noite para todos.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezoito horas e cinquenta minutos. --- -----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----



-----O Primeiro Secretário,-----



-----O Segundo Secretário,-----

